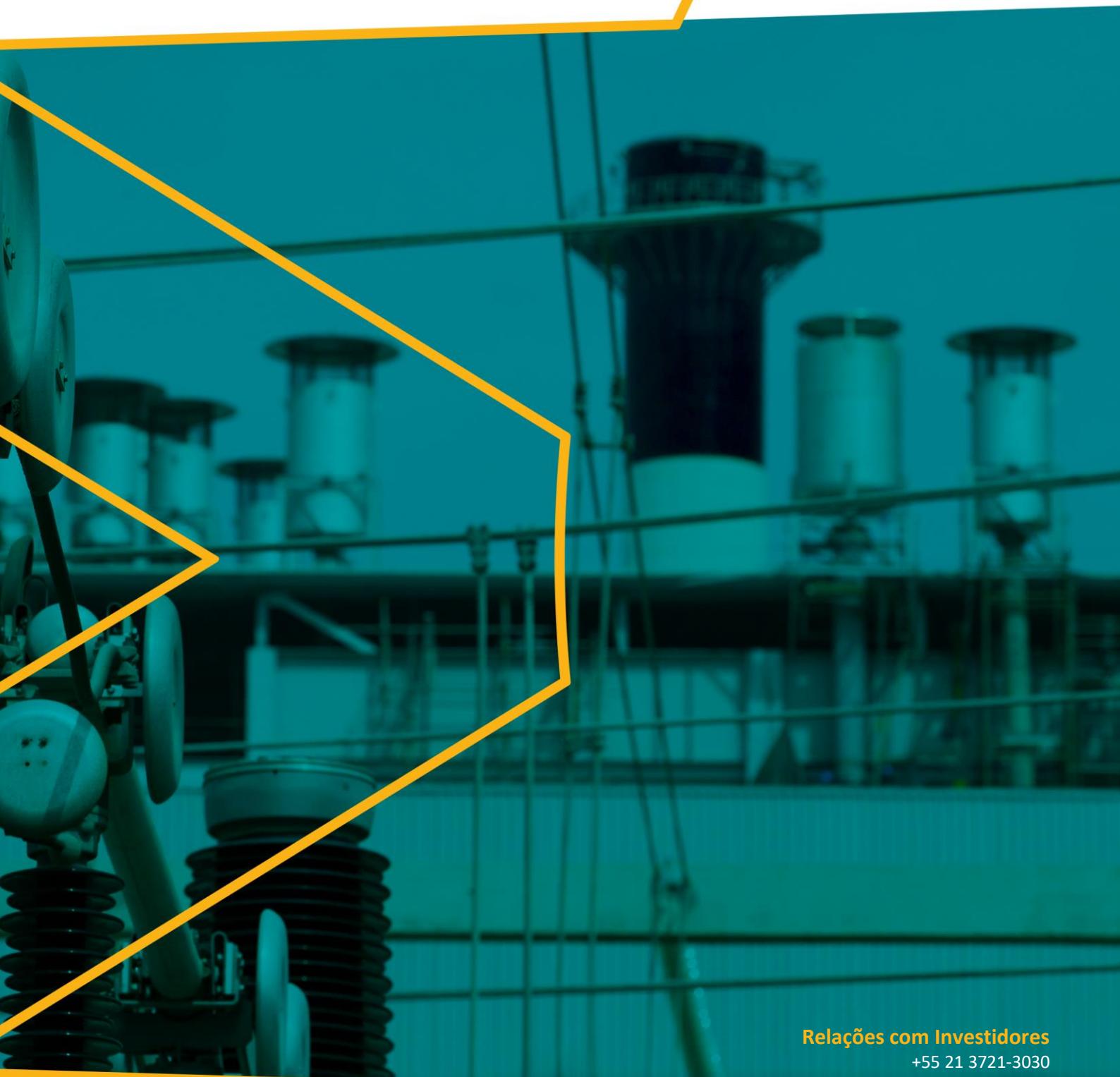


DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

1T21



Relações com Investidores

+55 21 3721-3030
ri.eneva.com.br

Teleconferência de Resultados do 1T21



Quinta-Feira, 13 de maio de 2021
12h00 (Horário de Brasília) / 11h00 (US ET)



BRA +55 11 4210-1803 / +55 11 3181-8565
USA +1 412 717-9627 / UK +44 20 3795-9972

Código de acesso: ENEVA



IBOVESPA B3

ENEVA Divulga Resultados do Primeiro Trimestre de 2021

EBITDA ajustado alcança R\$ 446,4 milhões, o melhor para um primeiro trimestre da história da Companhia

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021 - ENEVA S.A. (B3: ENEV3), empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil, divulga hoje os resultados do primeiro trimestre findo em 31 de março de 2021 (1T21). As informações a seguir são apresentadas de forma consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto onde especificado em contrário.

Destaques do 1T21

- EBITDA ajustado alcança R\$ 446 milhões, aumento de 2,8% em relação ao 1T20, com melhora das margens fixas das usinas a gás, aumento da margem variável em Pecém II e menores gastos com sísmica em relação ao 1T20;
- Aumento de 13,0% do lucro líquido em relação ao 1T20, impulsionado pela melhoria do resultado operacional e financeiro;
- Posição de caixa e equivalentes de R\$ 2,1 bilhões no final do trimestre e alavancagem (dívida líquida/EBITDA últimos 12 meses) de 3,3x;
- Liberação de R\$ 112 milhões de parcelas dos financiamentos de Parnaíba V junto ao BNB e de R\$ 48 milhões de Azulão-Jaguatirica junto ao BASA, reforçando o caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos em andamento;
- Declaração de comercialidade do Campo Gavião Belo, com volume *Pmean* de *gas-in-place* estimado de 6,78 bilhões de m³;
- Continuidade das iniciativas e doações voltadas à prevenção e combate à COVID-19, com destaque para a doação de uma usina de oxigênio para o maior hospital público de Roraima, o Hospital Geral de Roraima. A usina poderá suprir a necessidade de até 30 leitos de UTI para a Covid-19, com sua capacidade de produção de 30 metros cúbicos por hora.

Principais Indicadores	1T21	1T20	%
Receita Operacional Líquida	951,4	939,1	1,3%
EBITDA ICVM 527/12	442,3	435,3	1,6%
EBITDA excluindo poços secos ¹	446,4	434,2	2,8%
Margem EBITDA ex poços secos	46,9%	46,2%	0,7 p.p.
Resultado Líquido	203,1	179,8	13,0%
Investimentos	407,4	524,9	-22,4%
Fluxo de Caixa Operacional	629,3	497,4	26,5%
Dívida Líquida (R\$ Bilhões)	5,4	4,1	32,7%
Dívida Líquida/EBITDA ult. 12m ²	3,3	2,6	27,8%

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

² Calculada considerando o EBITDA acumulado conforme orientações da ICVM 527/12 dos últimos 12 meses.

Desempenho Operacional

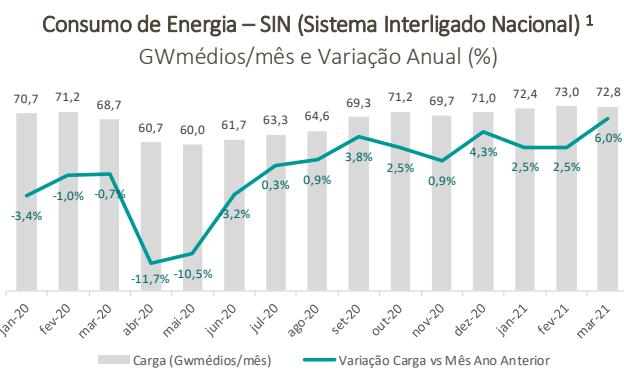
Dados operacionais		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20
Itaqui	Disponibilidade (%)	24%	94%	100%	100%	96%
	Despacho (%)	25%	94%	0%	0%	55%
	Geração Líquida (GWh)	165	640	0	0	367
	Geração Bruta (GWh)	187	700	0	0	415
	Geração para ACR (%)	99,7%	98,7%	-	-	99,4%
	Geração para ACL (%)	0,3%	1,3%	-	-	0,6%
Pecém II	Disponibilidade (%)	99%	96%	100%	100%	98%
	Despacho (%)	54%	84%	0%	0%	50%
	Geração Líquida (GWh)	371	582	0	0	337
	Geração Bruta (GWh)	416	634	0	0	379
	Geração para ACR (%)	99,9%	98,8%	-	-	99,5%
	Geração para ACL (%)	0,1%	1,2%	-	-	0,5%
Parnaíba I	Disponibilidade (%)	98%	93%	87%	89%	96%
	Despacho (%)	60%	94%	2%	0%	60%
	Geração Líquida (GWh)	807	1.254	23	7	804
	Geração Bruta (GWh)	838	1.304	24	7	832
	Geração para ACR (%)	77,0%	75,8%	0,0%	0,0%	77,0%
	Geração para ACL (%)	23,0%	24,2%	100,0%	100,0%	23,0%
Parnaíba II	Disponibilidade (%)	39%	94%	93%	94%	98%
	Despacho (%)	86%	98%	97%	33%	62%
	Geração Líquida (GWh)	409	1.005	974	340	643
	Geração Bruta (GWh)	431	1.068	1.033	359	675
	Geração para ACR (%)	96,5%	98,7%	99,8%	97,6%	91,5%
	Geração para ACL (%)	3,5%	1,3%	0,2%	2,4%	8,5%
Parnaíba III	Disponibilidade (%)	99%	97%	100%	100%	93%
	Despacho (%)	51%	65%	0%	0%	35%
	Geração Líquida (GWh)	186	240	0	0	125
	Geração Bruta (GWh)	192	248	0	0	129
	Geração para ACR (%)	81,6%	59,6%	-	0,0%	75,3%
	Geração para ACL (%)	18,4%	40,4%	-	100,0%	24,7%
Parnaíba IV	Disponibilidade (%)	66%	92%	99%	100%	97%
	Despacho (%)	44%	97%	6%	0%	44%
	Geração Líquida (GWh)	48	104	7	0	48
	Geração Bruta (GWh)	50	113	7	0	50
	Geração para ACR (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Geração para ACL (%)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Bacia do Parnaíba						
Upstream	Despacho UTG (%)	51%	86%	26%	9%	54%
	Produção (Bi m³)	0,39	0,66	0,20	0,07	0,41
	Reservas remanescentes (Bi m³)	25,6	26,0	23,4	23,6	23,7

Obs: Dados de geração das usinas referem-se às provisões feitas com base em medições realizadas internamente, que posteriormente são apuradas e divulgadas pela CCEE.

Geração de Energia

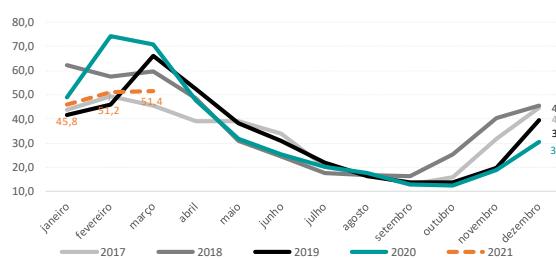
Contexto Setorial: Demanda por despacho termelétrico continua elevada no 1T21 em função do aumento do consumo e manutenção do cenário hidrológico desfavorável

Após a contração observada no 2T20, o consumo de energia elétrica no país manteve a trajetória de crescimento, observada a partir do 2S20. No 1T21, foram registrados maiores volumes de carga de energia do que no mesmo período de 2020. A recuperação do consumo vem sendo sustentada tanto pela gradual retomada da atividade econômica, após o choque inicial decorrente do impacto das medidas adotadas em 2020 para contenção da pandemia de COVID-19, quanto pelo impacto de fatores climatológicos, que vêm impulsionando o consumo desde o último trimestre de 2020.

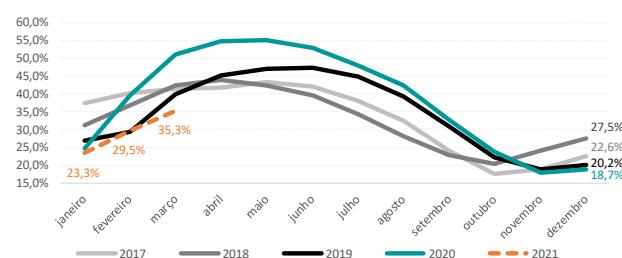


As condições climáticas desfavoráveis no 4T20, com hidrologia abaixo do esperado, aliada a elevadas temperaturas médias registradas no período, prejudicaram a formação da Energia Natural Afluente (ENA), consequentemente reduzindo o volume de Energia Armazenada (EARM) dos reservatórios para níveis críticos. No subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO), que concentra mais da metade do volume de água armazenada do Brasil, os reservatórios de partida no início de 2021 apresentavam volume de EAR de apenas 18,7% (EARM%), o menor patamar observado nos últimos anos. Continuando esta tendência, o 1T21 foi marcado por volumes de chuvas abaixo da média, o que é um agravante para o sistema, uma vez que o período úmido desse subsistema costuma englobar os primeiros meses do ano. Com isso, os reservatórios não têm se recuperado conforme o esperado e encerraram o 1T21 ainda em níveis historicamente baixos.

ENA Bruta Histórica (GWmédios/mês):
Subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO)²



EARM (%) Histórica:
Subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO)³

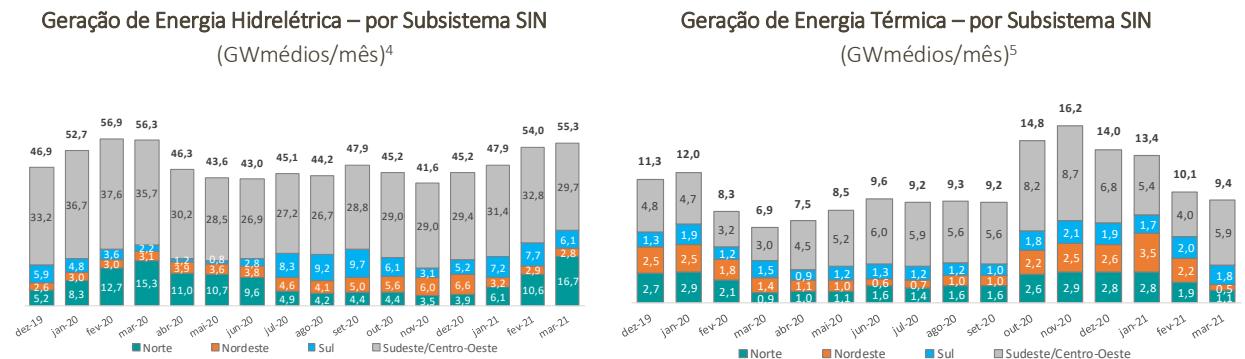


¹ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 23/04/2021.

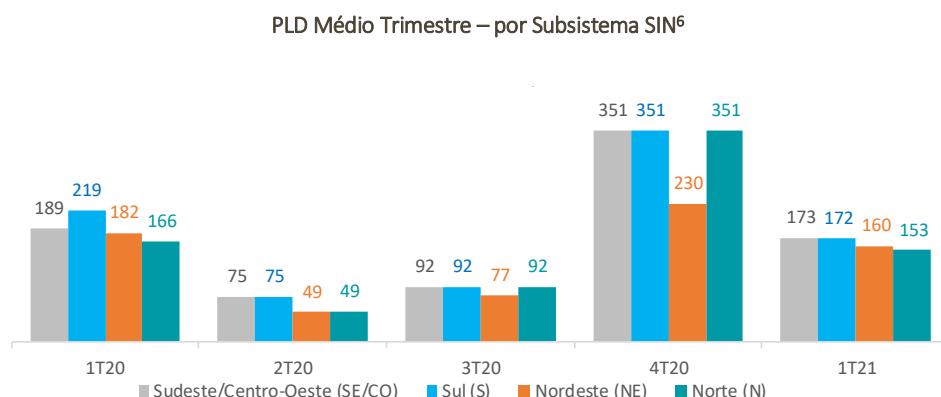
² Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx e http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 23/04/2021.

³ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx e http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 23/04/2021.

Neste contexto de escassez de chuvas e incremento de carga, a geração por meio de fontes hidrelétricas apresentou redução no 1T21 quando comparada ao 1T20, de modo a preservar o nível dos reservatórios. Foi necessário o aumento do despacho termelétrico para fechar o balanço elétrico/energético do SIN. Dada a conjunção de fatores atípicos, a modalidade de despacho termelétrico fora da ordem de mérito também tem sido utilizada desde outubro de 2020 pelo ONS, conforme autorizado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com o intuito de garantir a segurança elétrica e energética e preservar os reservatórios hidrelétricos. Desta forma, durante o 1T21, além de contar com as termelétricas que estavam na ordem de mérito para despacho, o ONS ainda contou com a possibilidade de despacho de outras usinas termelétricas, que não fizeram parte da decisão ótima dos modelos oficiais de otimização do despacho hidro-térmico.



Apesar de o PLD ter atingido patamares elevados para um primeiro trimestre, o PLD médio de cada um dos subsistemas durante o 1T21 ficou ligeiramente inferior àqueles registrados no 1T20, mesmo com o aumento do despacho termelétrico no período. Este efeito foi decorrente do maior impacto da parcela da geração térmica proveniente da modalidade de geração para garantia de segurança energética, que não faz parte da formação de preços (PLD e CMO) do sistema.



⁴ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx - Acesso em 23/04/2021.

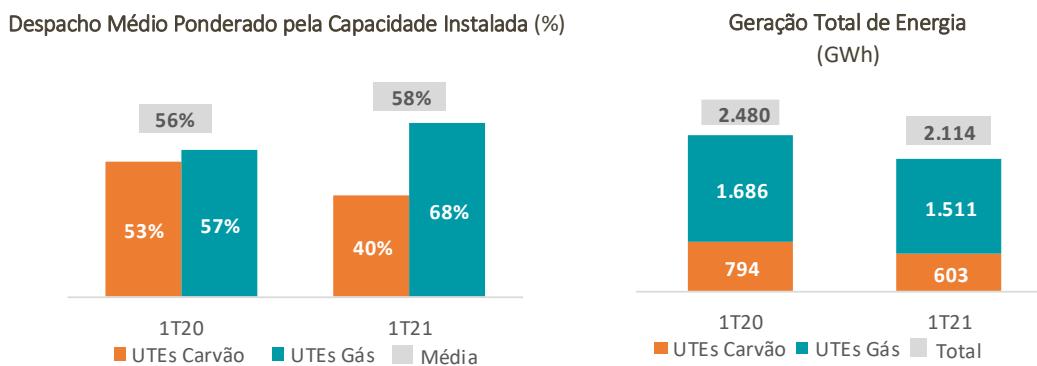
⁵ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx - Acesso em 23/04/2021.

⁶ Fonte: Dados disponíveis no site da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em https://www.ccee.org.br/portal/faces/preco_horario_veja_tambem/preco_media_semanal? afrLoop=4661618135645&adf.ctrl-state=ybngahlzc_155#!%40%40%3F afrLoop%3D4661618135645%26_adf.ctrl-state%3Dybngahlzc_159 - Acesso em 23/04/2021.

Desempenho Eneva:

- Despacho atípico para o primeiro trimestre e geração impactada por manutenção corretiva em Parnaíba II e *Major Overhaul* em Itaqui

Para atender à demanda por energia termelétrica, principalmente nos dois primeiros meses de 2021, todas as usinas da ENEVA entraram na ordem de mérito de despacho ou foram despachadas para garantia energética durante algum período. O despacho cessou em março, quando historicamente se inicia o período de maior vazão nos rios onde estão as usinas a fio d'água do Norte, e desta forma todo o limite de escoamento/transmissão foi atingido e o CMO do submercado foi deslocado dos demais.



As UTEs a gás do Complexo Parnaíba foram despachadas em todo o mês de janeiro. O despacho em fevereiro se manteve bem parecido, a exceção de Parnaíba III, que despachou por aproximadamente 20 dias. Já em março, apenas Parnaíba II foi chamada a despacho (por cerca de uma semana).

No entanto, no início de fevereiro até o encerramento do trimestre, a UTE Parnaíba II ficou indisponível. Nesse período foram feitas algumas manutenções corretivas e foi realizada a manutenção preventiva das turbinas *Hot Gas Path* (HGP), que estava agendada para ocorrer em abril. Durante a indisponibilidade da usina, é necessário ressarcir o sistema pela energia não gerada para fazer frente ao despacho. Com isso, a usina apresentou menor geração de energia no trimestre vs. 1T20, mesmo em um cenário de aumento de despacho. A UTE Pecém II despachou em todo o mês de janeiro e cerca de três semanas em fevereiro. A UTE Itaqui despachou nas três primeiras semanas de janeiro, tendo sido desligada em seguida para a realização da manutenção programada *Major Overhaul*. Essa manutenção ocorre a cada 35.000 horas de operação e contempla uma revisão abrangente da turbina e do gerador, de acordo com as recomendações do fabricante. A *Major Overhaul* começou em 23 de janeiro e foi concluída em 13 de abril, período durante o qual ficou indisponível e fora da ordem de mérito.

- Aumento de preços de combustíveis, taxa de câmbio e reajuste contratual por inflação impactam positivamente o CVU das usinas

O efeito preço marcou positivamente o período, a despeito da menor geração. Os Custos Variáveis Unitários (CVUs)⁷ de todas as usinas da Eneva que operam no mercado regulado (ACR)⁸ são atrelados a indexadores de inflação e/ou de combustíveis e taxas de câmbio, conforme tabela abaixo.

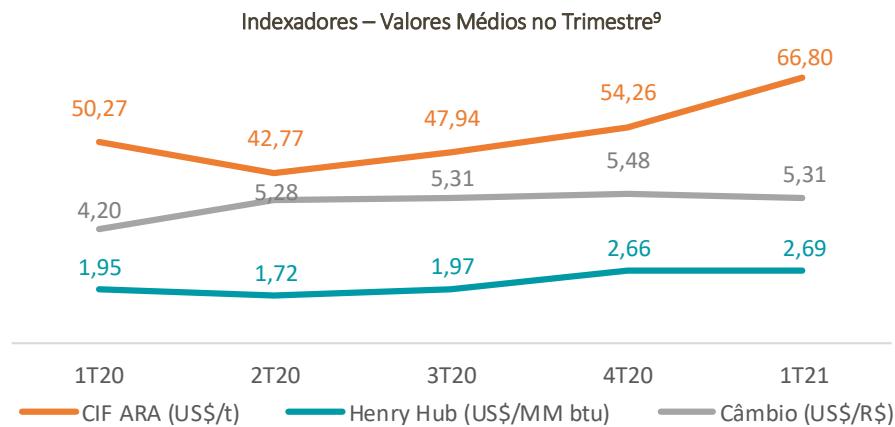
CVU (R\$/MWh)	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	Indexadores	Periodicidade Reajuste
Valores médios trimestre							
UTE Parnaíba I	102,0	111,6	126,8	171,0	168,0	Henry Hub e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual
UTE Parnaíba II	82,5	82,5	82,5	84,4	85,7	IPCA	Inflação: Anual
UTE Parnaíba III	223,5	223,5	223,5	228,7	232,3	IPCA	Inflação: Anual
UTE Parnaíba IV	151,7	151,7	151,7	151,7	151,7	-	-
UTE Pecém II	140,2	147,5	163,1	186,3	216,6	CIF ARA (API #2) e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual
UTE Itaqui	134,8	142,1	157,7	180,3	210,4	CIF ARA (API #2) e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual

Para as usinas que possuem CVU apenas com componente atrelado à inflação, os contratos CCEAR preveem reajuste anual no mês de novembro, considerando a inflação acumulada (IPCA) a cada 12 meses. Quanto às térmicas que também possuem componente de combustível em seus CVUs, além do reajuste anual da parcela do CVU atrelada à inflação em novembro, é feita a atualização mensal da parcela indexada ao custo de combustível, a qual acompanha a variação dos indexadores e da taxa de câmbio de cada período.

Os CVUs das UTEs Parnaíba II e III, integralmente indexados ao IPCA, tiveram reajuste de 3,92% em novembro de 2020 de acordo com o IPCA acumulado em 12 meses até outubro de 2020, como previsto no Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

⁷ O CVU das usinas térmicas é composto por 2 parcelas: Ccomb e Co&m. O Ccomb se refere ao preço do combustível e é indexado ao preço de combustível, com variação mensal. O Co&m se refere ao custo de operação e manutenção da usina e é atualizado anualmente pelo IPCA. Para entender mais, consulte o Guia de Modelagem disponibilizado pela Eneva: <https://ri.eneva.com.br/informacoes-financeiras-e-operacionais/guia-de-modelagem/>

⁸ O CVU da UTE Parnaíba IV foi fixado pela ANEEL em R\$ 151,69/MWh por meio do despacho Nº 3.203 (dezembro/2018).



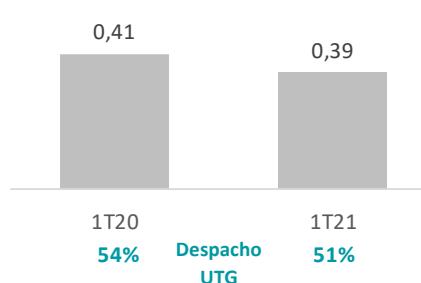
Em relação aos CVUs das UTEs Parnaíba I, Pecém II e Itaqui, os aumentos resultaram não apenas do efeito do reajuste anual da parcela indexada à inflação, mas principalmente da alta da parcela atrelada aos indexadores de combustível e taxa de câmbio. O aumento de 37,7% no preço internacional da commodity de gás natural Henry Hub no 1T21, aliado à desvalorização cambial do Real de 26,4% no período, elevaram o CVU da UTE Parnaíba I em 64,6% frente ao 1T20. Nas usinas a carvão, além do efeito gerado pela taxa de câmbio mais elevada, o aumento do preço internacional CIF-ARA de 32,9% no 1T21 contribuiu para a alta dos CVUs médios das usinas em 54,5% (Pecém II) e 56,0% (Itaqui).

Upstream

Desempenho Eneva: redução na produção de gás refletindo o menor atendimento ao despacho com redução da geração e aumento das reservas totais de gás na comparação anual

A queda de 7,5% na produção de gás no 1T21 comparada ao 1T20 resultou, principalmente, da menor geração devido à indisponibilidade da UTE Parnaíba II. A energia não gerada é liquidada ao PLD horário na CCEE e, em contrapartida, a usina recebe receita variável (CVU).

Produção de Gás Acumulada (bcm) e Despacho da UTG¹⁰ (%)



Evolução Anual Reservas de Gás (bcm)



⁹ Fonte: Dados disponíveis na Reuters. Médias trimestrais calculadas utilizando preços Henry Hub mensais relativos ao terceiro último dia do mês e preços CIF-ARA e taxa de câmbio relativos à média do mês.

¹⁰ UTG - Unidade de Tratamento do Gás.

Em janeiro de 2021, a Companhia divulgou um relatório de certificação de reservas atualizado, elaborado pela Gaffney, Cline & Associates, que apontou um incremento de reservas certificadas 2P de 3,3 bilhões de m³ na Bacia do Parnaíba e de 2,2 bilhões de m³ na Bacia do Amazonas. Considerando o consumo de gás no período, as reservas remanescentes totais de gás da Companhia ao final do 1T21 totalizavam 31,4 bilhões de m³, incluindo, além das reservas certificadas da Bacia do Parnaíba, as reservas do Campo de Azulão, na Bacia do Amazonas.

No 1T21, não houve campanha de aquisição sísmica, enquanto no 1T20 foram adquiridos 1.121 km lineares de sísmicas 2D, nos blocos PN-T-163, 146 e 103, da Rodada 13.

Aspectos Regulatórios: Exploração & Desenvolvimento

▪ Declaração de Comercialidade do Campo de Gavião Belo e aprovação do PD de Gavião Carijó

A assinatura e a transferência dos contratos de concessão dos ativos arrematados no 2º Ciclo de Oferta Permanente da ANP em dezembro de 2020 seguem previstas para ocorrerem até o final de junho de 2021, conforme o cronograma do Edital de Licitações da ANP.

Em fevereiro de 2021, a ENEVA apresentou à ANP a Declaração de Comercialidade da acumulação do Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) Fortuna, cuja denominação foi alterada para Campo Gavião Belo (GVBL). A estimativa de volume de *gas-in-place* (VGIP) se encontra no intervalo estatístico entre 4,49 bilhões de m³ (P90) e 9,45 bilhões de m³ (P10), com Pmean de 6,78 bilhões de m³. Como próximo passo, a Companhia deverá apresentar à ANP o Plano de Desenvolvimento (PD) para o campo até 25 de agosto de 2021.

Ainda em fevereiro de 2021, foi aprovado pela ANP o PD do Campo de Gavião Carijó (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/gestao-de-contratos-de-e-p/fase-de-producao/pd/sumario-executivo-externo-gaviao-carijo.pdf>), antigo PAD Araguaína, que havia sido submetido pela Companhia em junho de 2020.

A Eneva possui ainda um PAD vigente - Fazenda Tianguar, localizado no Bloco PN-T-48, com vencimento em março de 2022.

Desempenho Financeiro

Consolidado

DRE Consolidado	(R\$ milhões)		
	1T21	1T20	%
Receita Operacional Líquida	951,4	939,1	1,3%
Custos Operacionais	(580,3)	(523,1)	10,9%
Depreciação e amortização	(132,9)	(113,9)	16,7%
Despesas Operacionais	(99,2)	(86,1)	15,2%
Poços secos	(4,2)	1,1	N/A
Depreciação e amortização	(15,4)	(15,0)	2,2%
Outras receitas/despesas	22,1	(17,2)	N/A
Equivalência Patrimonial	0,0	(6,4)	N/A
EBITDA ICVM 527/12	442,3	435,3	1,6%
EBITDA excluindo poços secos¹	446,4	434,2	2,8%
Resultado Financeiro Líquido	(41,0)	(64,5)	-36,5%
EBT	253,1	241,8	4,6%
Impostos Correntes	(7,9)	(15,6)	-49,6%
Impostos Diferidos	(42,3)	(46,6)	-9,2%
Participações Minoritárias	(0,2)	(0,1)	91,8%
Resultado Líquido Eneva	203,1	179,8	13,0%

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

A partir do primeiro trimestre de 2020, a Companhia passou a apresentar o EBITDA conforme orientações da Instrução CVM nº 527/12 (ICVM 527/12). EBITDA e EBITDA ajustado (excluindo poços secos) passaram a incorporar a rubrica “Outras Receitas/Despesas”, anteriormente apresentada após a linha de EBITDA. No 3T20, a fórmula de cálculo do EBITDA foi atualizada para incorporar a linha de “Equivalência Patrimonial”, que também era apresentada após a linha de EBITDA. Para fins de comparação, os valores históricos desses indicadores foram atualizados de acordo com a ICVM 527/12.

No 1T21, o EBITDA Consolidado ajustado (de forma a excluir as despesas com poços secos) totalizou R\$ 446,4 milhões, comparado aos R\$ 434,2 milhões no 1T20. Esse crescimento se deve à: (i) melhora das margens fixas das usinas a gás; (ii) aumento da margem variável de Pecém II, dado o maior CVU da usina (alta do CIF-ARA e câmbio no período) e descasamento entre o CVU e o custo médio do estoque de carvão, associado a melhoria de alguns custos variáveis; (iii) menores despesas com exploração quando comparado ao 1T20; e (iv) realização de créditos de PIS/COFINS de períodos anteriores.

O EBITDA foi negativamente impactado pela indisponibilidade da UTE Parnaíba II. A usina precisou incorrer em custos relativos ao resarcimento de lastro precificados a PLD e foi resarcida a CVU, em um trimestre em que o PLD esteve alto por conta do cenário hidrológico desfavorável. Esse cenário de escassez de chuvas em um trimestre geralmente úmido gerou também incertezas quanto aos preços de mercado, impactando o EBITDA da Comercializadora. Adicionalmente, o aumento das despesas gerais e

administrativas na *Holding*, inclusive com SOP e incentivos de longo prazo, vs. 1T20, também impactou negativamente o EBITDA da Companhia.

O resultado financeiro da ENEVA registrou alta de 36,5% vs. 1T20, impactado pela redução das despesas com encargos de dívidas e juros sobre debêntures, decorrente em grande parte da capitalização dos encargos relacionados aos financiamentos dos projetos ainda não operacionais (Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica). A melhoria operacional e o resultado financeiro impulsionaram o lucro líquido, que totalizou R\$ 203,1 milhões no 1T21, aumento de 13,0% vs. 1T20.

Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa Livre			
	1T21	1T20	Var. Abs.
EBITDA excluindo poços secos¹	446,4	434,2	12,2
(+) Var. Capital de Giro	259,4	109,3	150,1
(+) Imposto de renda	(19,6)	(19,9)	0,3
(+) Var. Outros ativos e passivos	(56,9)	(26,2)	(30,7)
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais	629,3	497,4	131,9
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento	(442,8)	(526,0)	83,2
Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento	(18,9)	(149,4)	130,5
Captações e Outros	160,2	(0,0)	160,2
Amortização de Principal	(3,9)	(40,2)	36,4
Amortização de Juros	(45,3)	(26,9)	(18,4)
Outros	(130,0)	(82,3)	(47,7)
Posição de Caixa Total²	2.063,8	1.610,2	453,7
Posição de Caixa Total + Depósitos Vinculados²	2.183,0	1.795,5	387,4

1 - Calculado considerando o EBITDA acumulado conforme orientações da ICVM 527/12, excluindo o impacto de poços secos.

2 - Inclui caixa e equivalentes de caixa.

O fluxo de caixa operacional (FCO) totalizou R\$ 629,3 milhões no 1T21, alavancado pelo maior EBITDA e redução do saldo de contas a receber em R\$ 384,3 milhões, em função do menor despacho comparado ao trimestre imediatamente anterior, reduzindo a necessidade de capital de giro no 1T21. O impacto positivo no FCO foi parcialmente compensado por:

- (i) crescimento dos estoques em R\$ 53,7 milhões devido às aquisições de carvão para a UTE Pecém II e na UTE Itaqui;
- (ii) redução do saldo de contas a pagar em R\$ 86,5 milhões, principalmente em função dos pagamentos realizados referentes à manutenção preventiva realizada na UTE Parnaíba I e à compra de carvão das usinas de Itaqui e Pecém II, realizada no 4T20;
- (iii) redução do saldo de impostos, contribuições e participações a recolher (dentro da linha "Var. Outros Ativos e Passivos"), em decorrência do menor despacho das usinas e da redução da produção de gás natural no 1T21 em comparação ao 4T20.

No 1T21, o fluxo de caixa de atividades de investimento (FCI) totalizou um resultado negativo de R\$ 422,8 milhões, principalmente em função dos desembolsos relativos ao desenvolvimento do Campo de Azulão e à construção da UTE Jaguatirica II, que totalizaram R\$ 163,0 milhões, bem como os desembolsos referentes à construção da UTE Parnaíba V, em um valor total de R\$ 91,2 milhões. Também destacam-se no 1T21 os desembolsos de R\$ 107,0 milhões relacionados a pagamentos previstos no contrato da UTE Parnaíba II com a compra de sobressalentes relacionados à manutenção *Hot Gas Path* (HGP) na turbina a gás 12, e de R\$ 53,0 milhões relacionados às atividades de exploração e desenvolvimento de gás natural na Bacia do Parnaíba.

O fluxo de caixa de atividades de financiamento (FCF) registrou um resultado negativo de R\$ 18,9 milhões no 1T21, impactado por:

- (i) variação da linha “Outros”, especialmente devido ao impacto de R\$ 74,3 milhões referente ao desembolso efetuado para a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para fazer frente às obrigações decorrentes do Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações. Também destaca-se o efeito do aumento no saldo de depósitos vinculados em R\$ 42,7 milhões em função de constituição de conta reserva para provisionamento de pagamentos relacionados às debêntures, conforme previsto contratualmente no pacote de garantias da 1ª emissão de debêntures de Parnaíba I (atualmente na Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. – “PGC”);
- (ii) amortizações de principal relacionadas à dívida da FINEP e amortizações de juros referentes aos financiamentos da FINEP, Banco da Amazônia S.A. (BASA) e às debêntures captadas na Eneva S.A. no âmbito da 6ª emissão realizada em 2020.

Em contrapartida, o FCF registrou fluxo positivo decorrente das captações realizadas durante o 1T21. No período, R\$ 111,8 milhões foram referentes aos desembolsos realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para a construção da UTE Parnaíba V e R\$ 48,4 milhões foram desembolsados junto ao BASA, para financiamento dos investimentos do Projeto Integrado Azulão-Jaguatirica.

A ENEVA encerrou o 1T21 com saldo de caixa livre consolidado de R\$ 2,1 bilhão, sem contemplar o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamento da Companhia, no montante de R\$ 119,1 milhões.

Desempenho Econômico-Financeiro por Segmento

Complexo Parnaíba

Geração Térmica a Gás Natural

Este segmento é composto pelas controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. (que detém as UTEs Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV), Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. – PGC (que detém a UTE Parnaíba I, além de ser a SPE responsável pelo desenvolvimento da UTE Parnaíba V) e Azulão Geração de Energia S.A. (SPE responsável pela implantação do projeto integrado Azulão-Jaguatirica, exceto o desenvolvimento do Campo de Azulão).

DRE - Geração a Gás	(R\$ milhões)		
	1T21	1T20	%
Receita Operacional Bruta	626,6	619,0	1,2%
Receita Fixa	335,6	318,5	5,4%
Receita Variável	290,9	300,5	-3,2%
CCEAR ¹	202,3	121,0	67,2%
Mercado de curto prazo	88,6	179,5	-50,6%
Lastro (FID)	-	85,8	N/A
Hedge Ressarcimento	-	-	N/A
Outros	88,6	93,7	-5,4%
Deduções sobre a Receita Bruta	(63,6)	(61,4)	3,6%
Indisponibilidade (Ressarcimento)	(0,0)	1,5	N/A
Receita Operacional Líquida	562,9	557,5	1,0%
Custos Operacionais	(425,5)	(371,5)	14,5%
Custo Fixo	(112,3)	(109,0)	3,0%
Transmissão e encargos regulatórios	(21,4)	(20,8)	3,0%
O&M	(24,9)	(22,1)	12,6%
Arrendamento fixo UTG	(66,0)	(66,2)	-0,2%
Custo Variável	(270,5)	(233,6)	15,8%
Gás Natural	(127,7)	(129,9)	-1,7%
Gasmar	(9,1)	(9,2)	-1,1%
Arrendamento variável UTG	(55,7)	(12,8)	334,3%
Lastro (FID)	(19,3)	(79,1)	-75,6%
Hedge Ressarcimento	-	-	N/A
Trading	-	-	N/A
Outros	(58,7)	(2,7)	2083,8%
Depreciação e amortização	(42,7)	(28,8)	47,9%
Despesas Operacionais	(13,3)	(5,6)	137,5%
SG&A	(10,7)	(5,5)	94,0%
Depreciação e amortização	(2,5)	(0,0)	5016,4%
Outras receitas/despesas	3,3	(17,0)	N/A
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	172,6	192,3	-10,2%
% Margem EBITDA	30,7%	34,5%	-3,8 p.p.

¹ CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

No 1T21, a receita operacional líquida cresceu 1,0% (ou R\$ 5,4 milhões) em relação ao registrado no 1T20, em função, principalmente, da combinação dos seguintes efeitos:

- (i) Aumento da receita fixa bruta de R\$ 17,1 milhões em relação ao 1T20, em função do reajuste contratual anual pela inflação ocorrido em novembro de 2020;
- (ii) Crescimento da receita variável bruta contratual (CCEAR) de R\$ 81,3 milhões em relação ao 1T20. A UTE Parnaíba I respondeu por cerca de metade desse aumento. Ainda que a geração líquida de energia da usina esteja praticamente em linha com o 1T20, a maior cotação do dólar e do *Henry Hub* no período tiveram efeito positivo na parcela da receita destinada a cobrir o custo de combustível da usina (CVU de R\$ 156/MWh no 1T21 vs. R\$ 92/MWh no 1T20). Na UTE Parnaíba II, essa parcela da receita variável apresentou crescimento de R\$ 25,3 milhões, em função da maior sinalização de despacho por ordem de mérito de custo no 1T21 (86% vs. 62% no 1T20). No entanto, a partir de 6 de fevereiro de 2021, a usina ficou indisponível ao sistema devido primeiramente à realização da manutenção corretiva (não programada) e, em sequência, da manutenção programada, de forma que a geração líquida no período totalizou 409 GWh (vs. 643 GWh no 1T20). Nesse cenário, Parnaíba II recebe CVU pela energia despachada, mas precisa ressarcir o sistema pela energia não gerada, que é valorada a PLD. O impacto dessa operação no EBITDA foi de -R\$ 14,5 milhões.
- (iii) Redução de R\$ 90,8 milhões da receita variável bruta auferida no mercado de curto prazo, dada a operação de recomposição do lastro – FID realizada no 1T20 em Parnaíba III.

Geração Líquida (GWh)	1T21	1T20
Parnaíba I	807	804
Parnaíba II	409	643
Parnaíba III	186	125
Parnaíba IV	48	48
TOTAL	1.449	1.620

Os custos variáveis do segmento apresentaram crescimento de 15,8% no 1T21 comparado ao 1T20. A variação deveu-se, basicamente, ao aumento nos custos de arrendamento variável principalmente em Parnaíba I (variação de R\$ 33,5 milhões na comparação entre os dois períodos). Isso ocorreu em função do aumento do CVU no 1T21, que impactou a margem variável absoluta da usina. Como o arrendamento variável é pago pelas usinas ao segmento de *Upstream*, esse efeito é eliminado no resultado do Complexo Parnaíba e do Consolidado. Os custos variáveis do trimestre foram ainda impactados pela compra de

energia realizada por Parnaíba II para ressarcir o sistema pela energia não gerada pela usina, no montante de R\$ 48,3 milhões.

No 1T21, o EBITDA do segmento de geração a gás apresentou redução de 10,2% comparado ao 1T20, devido, principalmente, aos efeitos apresentados acima nas receitas e custos variáveis, que impactaram negativamente a margem variável das usinas no trimestre. O impacto das menores margens variáveis no EBITDA foi parcialmente compensado pela melhora das margens fixas das usinas e por um efeito não recorrente no valor de R\$ 16,9 milhões em “Outras receitas/despesas” do 1T20, devido à doação da subestação Santo Antônio dos Lopes à Eletronorte.

Upstream (E&P)

Este segmento é composto pela Eneva S.A. e Parnaíba B.V.. Cabe ressaltar que a antiga controlada Parnaíba Gás Natural S.A. (PGN) foi incorporada à Eneva S.A. no final de 2018. Os resultados *Upstream* são apresentados separadamente, no intuito de facilitar a análise de desempenho do segmento.

DRE - Upstream	(R\$ milhões)		
	1T21	1T20	%
Receita Operacional Bruta	276,4	234,0	18,2%
Receita Fixa	72,9	76,0	-4,1%
Receita Variável	203,5	157,9	28,8%
Contrato de venda de gás	140,7	142,2	-1,0%
Contrato de arrendamento	61,2	14,1	333,0%
Venda de condensado	1,5	1,5	3,8%
Deduções sobre a Receita Bruta	(44,4)	(28,0)	58,3%
Receita Operacional Líquida	232,0	205,9	12,7%
Custos Operacionais	(93,6)	(71,8)	30,4%
Custo Fixo	(17,3)	(16,3)	6,6%
Custos O&M (OPEX)	(17,3)	(16,3)	6,6%
Custo Variável	(35,3)	(15,3)	130,3%
Participações Governamentais	(33,8)	(13,8)	145,3%
Custo do gás vendido/compressores	(1,5)	(1,5)	-3,5%
Depreciação e Amortização	(41,0)	(40,2)	1,9%
Despesas Operacionais	(18,6)	(37,3)	-50,2%
Despesas com Exploração_Geologia e Geofísica (G&G)	(9,9)	(26,4)	-62,5%
Poços Secos	(4,2)	0,1	N/A
SG&A	(6,1)	(5,9)	3,4%
Depreciação e Amortização	(2,6)	(5,0)	-48,6%
Outras receitas/despesas	(0,4)	(0,4)	11,6%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	163,0	141,6	15,1%
EBITDA excluindo poços secos¹	167,1	141,5	18,1%
% Margem EBITDA excluindo poços secos	72,0%	68,7%	3,3 p.p.

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

A receita operacional líquida cresceu 12,7% (ou R\$ 26,1 milhões). Esse resultado decorre, basicamente, do aumento de R\$ 47,1 milhões das receitas de arrendamento variável recebidas das térmicas a gás, em função, principalmente, do maior CVU médio da UTE Parnaíba I no 1T21. Este efeito foi parcialmente compensado por: (i) aumento de R\$ 16,4 milhões nas deduções da receita bruta, impactada principalmente pelo maior pagamento de ICMS calculado a partir do preço de referência do gás estipulado pela ANP que aumentou no período; e (ii) queda de R\$ 3,1 milhões na receita referente ao arrendamento fixo, como resultado do encerramento em outubro de 2020 do contrato de *leasing* entre o *Upstream* e a Parnaíba B.V..

O aumento do preço de referência do gás, estabelecido pela ANP como base para pagamento de Participações Governamentais, resultou em crescimento de R\$ 20 milhões nos custos variáveis

As despesas operacionais, excluindo despesas com depreciação e amortização, foram reduzidas em 50,5% no 1T21 vd. 1T20, devido basicamente à variação registrada nas despesas com exploração. Não houve campanha sísmica no 1T21.

Como resultado desses efeitos, o EBITDA ajustado (excluindo poços secos) do segmento apresentou crescimento de 18,1% comparado ao 1T20.

Outros Ativos de Geração

Geração Térmica a Carvão

Este segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A e Pecém II Geração de Energia S.A.

DRE - Geração a Carvão	(R\$ milhões)		
	1T21	1T20	%
Receita Operacional Bruta	343,2	402,0	-14,6%
Receita Fixa	217,2	209,0	3,9%
Receita Variável	126,0	193,0	-34,7%
CCEAR ¹	119,4	105,0	13,7%
Mercado de curto prazo	6,6	88,0	-92,5%
Lastro (FID)	-	74,2	N/A
Hedge Ressarcimento	9,4	11,5	-17,8%
Outros	(2,8)	2,3	N/A
Deduções sobre a Receita Bruta	(36,3)	(45,4)	-20,2%
Indisponibilidade (Ressarcimento)	(0,3)	(3,7)	-91,3%
Receita Operacional Líquida	306,9	356,5	-13,9%
Custos Operacionais	(212,8)	(262,3)	-18,9%
Custo Fixo	(61,1)	(52,7)	16,0%
Transmissão e encargos regulatórios	(14,2)	(13,7)	3,6%
O&M	(46,9)	(39,0)	20,3%
Custo Variável	(102,5)	(162,9)	-37,1%
Combustível	(88,5)	(80,1)	10,5%
Lastro (FID)	-	(67,3)	N/A
Hedge Ressarcimento	(8,8)	(7,2)	21,6%
Outros	(5,2)	(8,3)	-37,8%
Depreciação e Amortização	(49,2)	(46,7)	5,3%
Despesas Operacionais	(6,3)	(5,3)	19,1%
SG&A	(6,0)	(5,2)	16,1%
Depreciação e Amortização	(0,3)	(0,2)	116,1%
Outras receitas/despesas	10,4	(0,1)	N/A
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	147,8	135,7	9,0%
% Margem EBITDA	48,2%	38,1%	10,1 p.p.

¹ CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

No 1T21, a receita operacional líquida registrou redução de 13,9% (ou R\$ 49,6 milhões) em relação ao 1T20, devido, principalmente, à não realização de receita referente à recomposição do lastro – FID nas plantas a carvão, comparado ao valor de R\$ 74,2 milhões no 1T20, quando foi feita uma compra relevante de lastro, devido à oportunidade de mercado, que supriu a necessidade de 80% do ano corrente. Essa conta tem contrapartida em custos, portanto, sem efeito significativo sobre EBITDA.

O impacto negativo do FID sobre a receita líquida foi parcialmente compensado por três efeitos:

- (i) Aumento da receita fixa bruta em R\$ 8,2 milhões em relação ao 1T20, em função do reajuste contratual anual pela inflação ocorrido em novembro de 2020;
- (ii) Crescimento da receita variável bruta contratual (CCEAR) de R\$ 14,4 milhões em relação ao 1T20, sendo que: (i) em Pecém II, houve crescimento de R\$ 30,1 milhões na comparação entre os trimestres, em função da maior geração de energia devido ao aumento do despacho no 1T21 (54%) comparado ao 1T20 (50%), associado ao aumento do CVU médio devido da alta do CIF-ARA e câmbio no período (R\$193/MWh no 1T21 vs. R\$128/MWh no 1T20); e (ii) em Itaqui ocorreu o efeito inverso, ou seja, redução de R\$ 15,7 milhões na comparação entre os trimestres, em função da menor geração de energia, devido à parada programada (*major overhaul*), iniciada em 21 de janeiro e finalizada em abril, resultando em um despacho (e geração líquida) de 25% (165 GWh) no 1T21 vs. 55% (367 GWh) no 1T20. A menor geração de energia foi parcialmente compensada pelo aumento do CVU médio no trimestre (R\$185/MWh no 1T21 vs. R\$122/MWh no 1T20). O período em que a UTE Itaqui ficou parada para manutenção só será considerado para fins de resarcimento em junho de 2021.

Os custos variáveis reduziram 37,1% em relação ao 1T20 impactados, principalmente, pela compra de energia para a recomposição de lastro – FID no 1T20, no valor de R\$ 67,3 milhões, comparado a não necessidade de compra de lastro neste trimestre. Essa redução foi parcialmente compensada por um aumento nos custos com a compra de carvão, devido à maior geração de energia no trimestre vs. 1T20.

A linha de Outras receitas/despesas foi positivamente impactada no 1T21 (+R\$ 10,6 milhões) em função do registro de créditos extemporâneos de PIS e Cofins decorrentes da revisão dos procedimentos adotados nos últimos 5 anos no cálculo e apropriação dos referidos créditos tributários.

Como resultado desses efeitos, o EBITDA do segmento cresceu 9,0% em relação ao 1T20, com manutenção das margens fixas das duas usinas e melhora da margem variável em Pecém II (R\$ 23/MWh no 1T21 vs. R\$ 21/MWh no 1T20). Isso ocorreu devido, principalmente, ao resultado positivo do descasamento entre a receita variável contratual (CVU) mais elevada no 1T21 versus o custo médio do estoque do carvão adquirido anteriormente. Em Itaqui, a margem variável no despacho se manteve positiva, porém, foi pior que no trimestre de comparação (R\$ 1/MWh no 1T21 vs. R\$ 3/MWh no 1T20). A menor geração de energia no trimestre impactou a margem variável, dado que os custos de partida da usina foram diluídos por um menor volume de energia.

Comercializadora

Este segmento é composto pela controlada indireta ENEVA Comercializadora de Energia Ltda que tem como principais atividades a compra e venda da energia de terceiros, operações de hedge contra os efeitos de variações de preço de energia para as usinas do grupo e a atividade de comercialização de soluções em gás e energia para clientes finais.

DRE - Comercializadora	(R\$ milhões)		
	1T21	1T20	%
Receita Operacional Líquida	111,5	195,2	-42,9%
Custos Operacionais	(110,1)	(192,0)	-42,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(110,1)	(191,8)	-42,6%
Outros	(0,1)	(0,1)	-49,0%
Despesas Operacionais	(2,9)	(1,5)	102,5%
SG&A	(2,9)	(1,4)	103,3%
Depreciação e Amortização	(0,0)	(0,0)	0,0%
Outras receitas/despesas	(0,0)	(0,0)	-53,8%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	(1,6)	1,8	N/A
% Margem EBITDA	-1,4%	0,9%	-2,4 p.p.

A receita líquida totalizou R\$ 111,5 milhões no 1T21, redução de 42,9% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior. Os preços de mercado no trimestre foram afetados pelas condições climáticas, sendo o período de setembro de 2020 até março de 2021 o pior dos últimos 91 anos em termos de Energia Natural Afluente (ENA) no SIN, gerando incertezas regulatórias e, consequentemente, no nível de preços. Com isso, a Comercializadora optou por realizar um menor volume de operações, visando à redução da exposição ao risco de mercado, de forma que o volume de energia comercializada totalizou 1.466 GWh no 1T21, comparado a 2.423 GWh no 1T20. Adicionalmente, a variação dos preços futuros de energia impactou negativamente os custos.

No 1T21, houve um aumento de R\$ 1,5 milhão nas despesas com pessoal, para suportar a estratégia de crescimento do segmento de Comercialização. Como resultado, o EBITDA do segmento ficou negativo em R\$ 1,6 milhão no trimestre, comparado a um valor positivo de R\$ 1,8 milhão no 1T20.

Holding & Outros

Este segmento é composto pelas *holdings* ENEVA S.A. e ENEVA Participações S.A., além das subsidiárias criadas para a originação e desenvolvimento de projetos. A Eneva S.A. incorpora também os negócios do segmento de *Upstream*. Entretanto, no intuito de permitir melhor análise do desempenho dos segmentos de negócios da Companhia, optou-se aqui por apresentar os resultados do segmento de *Holding & Outros* separadamente.

DRE - Controladora e Outros	(R\$ milhões)		
	1T21	1T20	%
Receita Operacional Líquida	0,3	0,1	119,2%
Custos Operacionais	(0,5)	(0,5)	9,0%
Despesas Operacionais	(54,7)	(33,0)	65,5%
SG&A	(27,6)	(25,4)	8,4%
Despesas com SOP/incentivo longo prazo	(20,6)	(1,3)	1523,0%
Depreciação e Amortização	(6,5)	(6,4)	1,9%
Outras receitas/despesas	8,5	0,1	10304,3%
Equivalência Patrimonial ¹	134,9	155,1	-13,0%
EBITDA ICVM 527/12	94,9	128,1	-25,9%
<i>EBITDA ex Equivalência</i>	(40,0)	(27,0)	48,1%

¹ A Equivalência Patrimonial consolida os resultados referentes às controladas da Eneva S.A. e ENEVA Participações S.A. e é praticamente 100% eliminada no resultado consolidado.

As **despesas operacionais** do segmento, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 48,2 milhões no 1T21, vs. R\$ 26,7 milhões no 1T20. Essa variação resultou, principalmente, do impacto de R\$ 20,6 milhões no 1T21 referentes a despesas com SOP e incentivos de longo prazo. Desse montante, R\$ 13,2 milhões foram desembolsos de caixa referentes a pagamentos de impostos nas execuções dos planos que venceram no trimestre e os demais R\$ 7,4 milhões se referem às apropriações dos planos de SOP de 2021.

Os principais fatores que afetam o SG&A foram as maiores despesas com: (i) pessoal, devido ao aumento do *headcount*, para amparar o crescimento da Companhia; (ii) propaganda e publicidade, direcionado a campanhas publicitárias para posicionamento da marca Eneva; e (iii) doações para usinas de oxigênio, apoiando os governos do Amazonas e Roraima no combate à COVID-19. Essas despesas foram parcialmente compensadas por menores gastos com viagens e serviços de terceiros.

Adicionalmente, no 1T21 também foi registrada uma receita de R\$ 8,5 milhões na linha “Outras receitas/despesas”, em função do registro de créditos extemporâneos de PIS e Cofins decorrentes da revisão dos procedimentos adotados nos últimos 5 anos no cálculo e apropriação dos referidos créditos tributários.

Como resultado dos efeitos descritos acima, o EBITDA, excluindo a Equivalência Patrimonial (que é quase totalmente eliminada na visão consolidada da Companhia), ficou negativo em R\$ 40,0 milhões no 1T21, comparado a um valor negativo de R\$ 27,0 milhões no 1T20.

Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro	(R\$ milhões)		
	1T21	1T20	%
Receitas Financeiras	12,7	22,5	-43,4%
Receitas de aplicações financeiras	8,1	19,1	-57,7%
Multas e juros recebidos	0,0	0,8	-99,0%
Juros sobre debêntures	-	-	N/A
Outros	4,6	2,6	80,9%
Despesas Financeiras	(43,4)	(99,2)	-56,3%
Multas e juros de mora	(0,1)	(0,3)	-42,3%
Encargos de dívida ¹	(1,3)	(31,0)	-96,0%
Juros sobre provisão de abandono	(4,1)	(1,0)	286,5%
Comissões e corretagens financeiras	(0,9)	(1,2)	-19,4%
IOF/IOC	(0,9)	(0,5)	81,0%
Juros sobre debêntures	(27,6)	(43,5)	-36,5%
Outros	(8,5)	(21,7)	-60,9%
Variação cambial e monetária líquida	(12,7)	2,5	N/A
Perdas/ganhos com derivativos	2,3	9,6	-76,0%
Resultado Financeiro Líquido	(41,0)	(64,5)	-36,5%

1 - Inclui amortizações sobre os custos de transação.

No 1T21, a Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo de R\$ 41,0 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 64,5 milhões no 1T20. Os principais efeitos que contribuíram para a melhoria deste resultado na comparação anual foram:

- i) Queda de R\$ 29,8 milhões nas despesas com encargos de dívida, em função da capitalização dos encargos relacionados aos financiamentos dos projetos ainda não operacionais (Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica)¹¹ e da reestruturação das dívidas da Companhia, com liquidação antecipada de dívidas mais custosas, e substituição por novas emissões de debêntures ao longo de 2020;
- ii) Redução de R\$ 15,9 milhões nas despesas com juros sobre debêntures. Além do efeito da capitalização das despesas de emissões de debêntures para financiamento dos projetos em construção, a queda do CDI contribuiu para a redução das despesas no período (CDI Médio: 4,18% no 1T20 vs. 2,02% no 1T21).

A melhoria do resultado financeiro foi parcialmente compensada pela redução de R\$ 11,0 milhões nas receitas de aplicações financeiras, principalmente em função da contração verificada no CDI médio no período, e do reconhecimento de despesa de variação cambial e monetária em um total de R\$ 12,7 milhões no 1T21. Essa despesa no 1T21 foi resultado da correção monetária da debênture emitida para Parnaíba I (atualmente na SPE PGC) e da variação cambial referente à compra de carvão para as usinas à carvão.

¹¹ Esta capitalização está de acordo com a Norma Contábil CPC 20, que permite, durante o período de implantação dos projetos, a reclassificação de juros, correção monetária e encargos para o imobilizado em andamento, até o período de início da operação. No 1T21, a linha de Encargos de Dívida está sendo afetada apenas pelo financiamento da FINEP, sendo os demais contabilizados no Ativo durante o período da obra.

Investimentos

Capex	(R\$ milhões)					
	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T21
Geração a Carvão	2,7	17,3	(2,2)	20,2	37,9	3,1
Pecém II	0,8	1,2	(7,2)	7,8	2,5	(0,6)
Itaqui	1,9	16,1	5,0	12,4	35,4	3,7
Geração a Gás	4,5	92,3	31,4	6,9	135,2	39,0
Parnaíba I ¹	0,7	59,0	17,5	3,9	81,1	41,4
Parnaíba II ²	3,7	26,3	9,6	2,3	41,8	3,8
Parnaíba III ²	0,1	6,9	4,2	0,5	11,6	0,8
Parnaíba IV ²	0,1	0,2	0,1	0,2	0,6	(7,0)
Parnaíba V ³	190,6	165,3	79,1	270,3	705,3	124,7
Azulão-Jaguatirica	285,7	383,8	255,4	284,3	1.209,3	199,5
Upstream	41,0	43,0	47,9	42,8	174,8	39,7
Poços secos	0,1	0,5	10,1	8,6	19,3	4,2
Geração Distribuída	(1,7)	7,1	(7,2)	0,8	(0,9)	0,1
Holding	2,0	1,2	3,0	4,6	10,7	1,4
Total	524,9	710,1	407,4	629,9	2.272,4	407,4

Valores acima referem-se à visão de capex econômico (competência).

1 - O capex de Parnaíba I é apresentado separadamente ao de Parnaíba V e Comercializadora. Conforme reestruturação societária anunciada no 1T20, a SPE Parnaíba I foi incorporada na PGC em janeiro/20.

2 - O capex de cada uma das usinas Parnaíba II, III e IV é apresentado separadamente. Conforme reestruturação societária anunciada no 4T18, as SPEs Parnaíba III e Parnaíba IV foram incorporadas na SPE Parnaíba II.

3 - Inclui capex da Eneva Comercializadora.

O investimento total do trimestre totalizou R\$ 407,4 milhões. Deste montante, 80% foram destinados às construções do projeto integrado Azulão-Jaguatirica e da UTE Parnaíba V, com previsão de conclusão no 4T21 e 1T22, respectivamente.

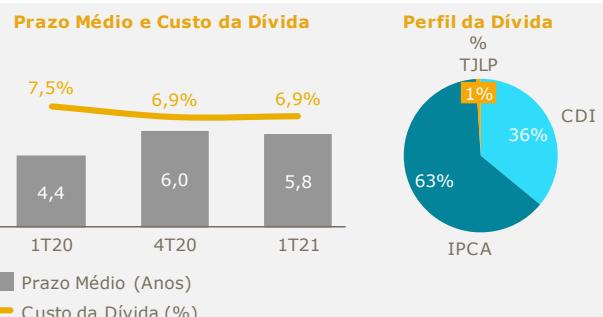
Embora a UTE Itaqui tenha realizado parada programada para manutenção preventiva (*major overhaul*) no trimestre, grande parte das peças já havia sido recebida no 4T20.

Adicionalmente, destaca-se um valor de R\$ 41,8 milhões no trimestre referente à manutenção HGP de 2 turbinas, realizado na UTE Parnaíba I no ano de 2020. O pagamento no 1T21 estava previsto no contrato do fabricante dos equipamentos.

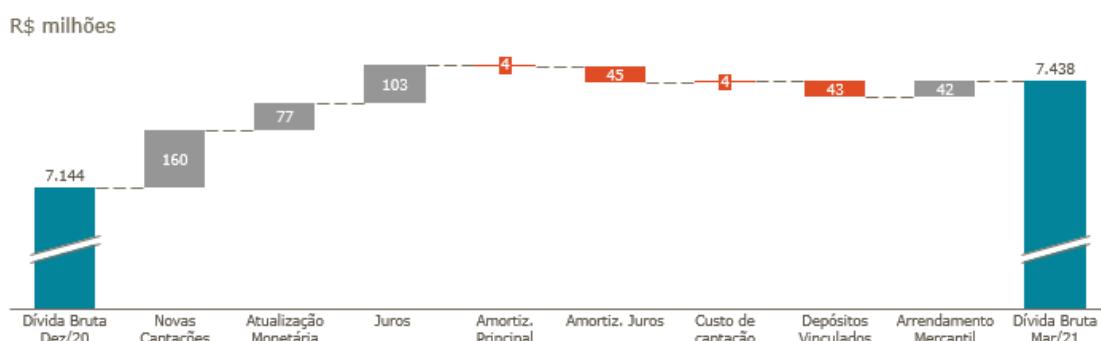
No segmento de *Upstream*, 77% do montante total investido foi destinado às operações de desenvolvimento de campos, principalmente de Gavião Preto, e os 23% restantes foram destinados à campanha exploratória, mais especificamente, a despesas com locações dos primeiros poços exploratórios da campanha de 2021, com serviços de terraplanagem dos acessos e bases.

Endividamento

Em 31 de março de 2021, a dívida bruta consolidada (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação) totalizou R\$ 7.438 milhões comparada a uma dívida de R\$ 7.144 no final de dezembro de 2020. Ao final do 1T21, o prazo médio de vencimento da dívida consolidada era de 5,8 anos e o custo médio efetivo da dívida de 6,9%¹².



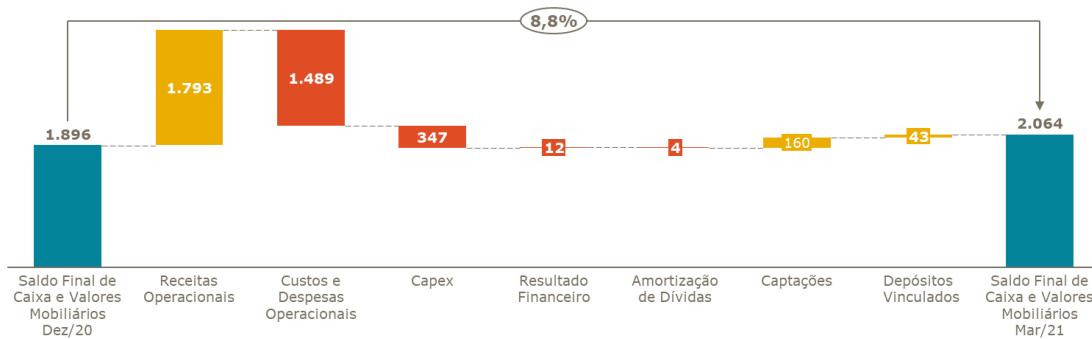
Evolução da Dívida Bruta



No 1T21, a Companhia realizou mais um desembolso, no valor de R\$ 112 milhões, referente ao contrato junto ao BNB para a implantação da UTE Parnaíba V. Até o final do 1T21, foram desembolsados R\$ 535 milhões, de um montante contratual total previsto de R\$ 843 milhões. Adicionalmente, foram desembolsados R\$ 48 milhões, referentes ao contrato junto ao BASA para financiamento de Azulão-Jaguatirica (totalizando R\$ 898 milhões até o final do 1T21, de um montante contratual total previsto de R\$ 1,0 bilhão).

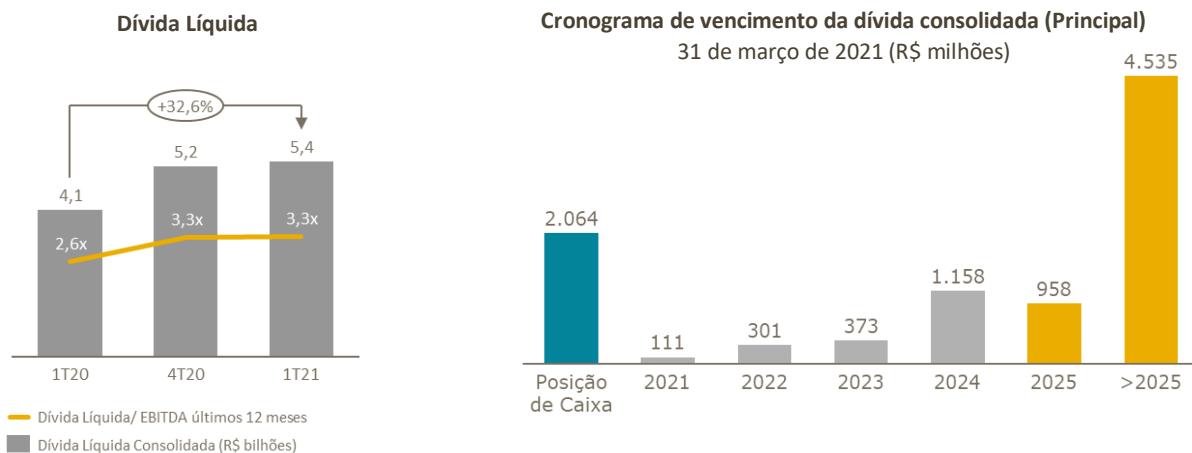
Ao final de março de 2021, o saldo de caixa consolidado da Companhia (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$ 2.064 milhões, um incremento de R\$ 168 milhões em relação à posição registrada no final de dezembro de 2020, sem contemplar o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamento da Companhia, de R\$ 119 milhões.

Evolução do saldo de caixa e valores mobiliários no 1T21 (R\$ milhões)



¹² O cálculo do custo da dívida leva em consideração os indexadores acumulados nos últimos 12 meses.

A dívida líquida consolidada foi de R\$ 5.374 milhões no final do período, equivalente a uma relação dívida líquida/EBITDA de 3,3x nos últimos 12 meses.



Mercado de Capitais

ENEV3	1T21	4T20	1T20	12 meses
Nº de ações - final período ¹	1.265.094.016	1.263.343.840	1.261.932.724	-
Cotação fechamento - final período (R\$/ação) ¹	16,70	15,53	8,69	-
Ações negociadas (MM) - média diária ¹	8,2	8,8	8,1	7,7
Volume financeiro (R\$ MM) - média diária	123,0	114,6	73,0	92,1
Valor de mercado - final período (R\$ MM) ²	21.127	19.613	10.964	-
Enterprise value - final período (R\$ MM) ³	26.427	24.861	15.015	-

¹ O número de ações no final de período, a cotação de fechamento de final de período e a quantidade de ações negociadas (média diária) anteriores a 12 de março de 2021 foram ajustados para refletir o desdobramento de ações realizado pela Companhia naquela data, aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 11 de março de 2021, na proporção de 1 ação para 4 ações, com consequente divisão por 4 do preço de cada ação.

² Valor de Mercado considera 100% das ações da Eneva, incluindo ações detidas por administradores.

³ Enterprise Value equivale à soma do valor de Mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

Composição Acionária

Ao final de março de 2021, o capital social da Companhia era composto por 1.265.094.016 ações ordinárias, com 99,47% das ações em circulação. A composição acionária está detalhada abaixo:

Perfil do Capital Social da ENEVA
31 de março de 2021



Em 2 de fevereiro de 2021, foi realizado um aumento capital social dentro do limite do capital autorizado, com a emissão de 437.544 ações ordinárias (equivalente a 1.750.176 ações ex-desdobramento), decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração. Com isso, o capital social da ENEVA, que até o final de 2020 era composto por 315.835.960 ações (1.263.343.840 ações ex-desdobramento), passou a totalizar 316.273.504 ações (1.265.094.016 ações ex-desdobramento).

Em 11 de março de 2021, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, na proporção de 01 ação para 04 ações da mesma espécie, sem modificação do capital social, que passaram a ser negociadas “ex-desdobramento” a partir de 12 de março

de 2021. O desdobramento teve como objetivo adequar o preço da ação a um patamar mais acessível a todos os investidores, visando também um potencial aumento na liquidez das ações.

Iniciativas ESG - Ambiental, Social e Governança

No intuito de compreender melhor quais os seus temas ESG prioritários para a Companhia, a Eneva concluiu, em fevereiro de 2021, a revisão de sua matriz de materialidade, contando com o engajamento de executivos, lideranças comunitárias, público interno, investidores, credores e poder público.

Indicadores-chave ESG

A partir da divulgação de seu Relatório de Sustentabilidade 2019, em 2020, a Companhia passou a atualizar trimestralmente os seus indicadores de sustentabilidade mensurados em cada período. A tabela a seguir apresenta os destaques referentes ao primeiro trimestre de 2021. A planilha interativa contendo todos os indicadores disponibilizados pela ENEVA se encontra no site de Relações com Investidores da Companhia.

Principais Indicadores ESG				
Esfera	Indicadores	1T21	2020	
Operações	Capacidade de geração instalada por fonte (MW)	2.156,5	2.156,5	
	Carvão	725,0	725,0	
	Gás	1.428,0	1.428,0	
	Renováveis	3,5	1,0	
	Uso de combustível para produção de energia ¹			
	Carvão (ton/MWh)	0,8	0,8	
	Gás (m ³ /MWh)	986,0	1.001,6	
	Eficiência (%) ²			
	Itaqui	35,7%	35,5%	
	Pecem II	36,5%	36,5%	
Meio Ambiente	Parnaíba I	35,7%	36,2%	
	Parnaíba II	54,3%	54,8%	
	Parnaíba III	36,1%	36,6%	
	Parnaíba IV	42,2%	42,8%	
	Emissão de GEE - Escopos I e II [tCO ₂ e] ³	1.291.000,0	4.718.762,3	
	Taxa de Emissão de GEE - Escopos I e II (eficiência) [tCO ₂ e/MWh] ³	0,6	0,6	
	Captação de Água Nova [m ³] ³	2.311.486,0	11.127.983,7	
	Taxa de Captação de Água Nova (eficiência) [m ³ /MWh]	1,0	1,4	
	Consumo de Água Nova [m ³] ³	1.744.353,0	7.714.740,2	
	Geração de Efluentes Industriais [m ³] ³	568.374,0	3.413.243,5	
Saúde & Segurança ⁴	Taxa de Geração de Efluentes Industriais (eficiência) [m ³ /MWh] ³	0,3	0,4	
	Fatalidades	-	-	
	Taxa de Fatalidade (FAT)	-	-	
	Afastamento por acidente	3,0	8,0	
Colaboradores	Taxa de afastamento por acidente (LTIF) ⁵	0,8	0,6	
	Taxa Total de Incidentes Reportáveis (TRIR)	2,2	2,6	
	Total de colaboradores próprios (#)*	1.050,0	960,0	
	% de mulheres na força de trabalho própria	22,0%	21,0%	
	Turnover voluntário (%)	1,0%	2,3%	
	Total de colaboradores terceiros (#)	5.844,0	6.247,0	
	Investimentos não-incentivados (R\$ M)	0,1	2,7	
	Investimentos incentivados (Fundo da Infância e Adolescência, Lei de Incentivo à Cultura, Lei do Esporte, Saúde e outros) (R\$ M)	-	1,3	
	Execução dos Programas Sócio-Econômico (R\$M)	0,2	1,5	
	Investimentos Sociais COVID-19 (R\$ M) ⁶	3,7	23,4	
Governança	Número de casos de corrupção reportados ao Comitê de Auditoria e condenados	-	-	
	Número de violações do Código de Conduta reportadas	8,0	46,0	

Notas:

1 - Devido à representatividade da quantidade de combustível consumido para as atividades de geração de energia em relação ao total consumido pela companhia, optou-se por divulgar esse dado a partir do 1T21;

2 - Eficiência = 3600/net heat rate;

3 - Dados aplicáveis apenas ao segmento de geração de energia, não incluindo E&P;

4- Números consideram apenas acidentes típicos;

5 - Taxa de afastamento = (quantidade de acidentes x 1.000.000)/homem-hora exposto ao risco;

6 - Considera investimentos e despesas totais (Doações, materiais, serviços, testes e outros);

Eventos Subsequentes ao 1T21

Aumento do capital social em 14 de abril de 2021: dentro do limite do capital autorizado, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador, no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da ENEVA. Após a conclusão do aumento de capital, com a emissão de 160.088 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, o número total de ações da Companhia passou para 1.265.254.104 ações.

Eleição de dois novos membros para o Conselho de Administração: em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2021, foram eleitos dois novos membros para o Conselho de Administração, o Sr. Henri Philippe Reichstul e a Sra. Elena Landau, além da reeleição dos Srs. Jerson Kelman, Marcelo Medeiros, Guilherme Bottura, Felipe Gottlieb e Renato Mazzola.

Alteração na composição da diretoria estatutária da Companhia: no dia 1º de maio de 2021, o Sr. Marcelo Cruz Lopes tomou posse e exercerá o cargo de diretor de marketing, comercialização e novos negócios.

Anexos

As demonstrações financeiras das SPEs estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia.

Os números dos quadros são apresentados pro-forma, considerando o resarcimento por indisponibilidade em deduções da receita bruta.

DRE - 1T21 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comerciali- zadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	626,6	276,4	(274,9)	628,1	343,2	122,9	0,3	(42,1)	1.052,4
Deduções da Receita Bruta	(63,6)	(44,4)	50,8	(57,3)	(36,3)	(11,4)	(0,0)	3,9	(101,0)
Receita Operacional Líquida	562,9	232,0	(224,1)	570,9	306,9	111,5	0,3	(38,2)	951,4
Custos Operacionais	(425,5)	(93,6)	224,1	(295,0)	(212,8)	(110,1)	(0,5)	38,2	(580,3)
Depreciação e amortização	(42,7)	(41,0)	-	(83,6)	(49,2)	-	(0,0)	-	(132,9)
Despesas Operacionais ¹	(13,3)	(18,6)	-	(31,8)	(6,3)	(2,9)	(54,7)	(3,4)	(99,2)
SG&A	(10,7)	(6,1)	-	(16,8)	(6,0)	(2,9)	(48,2)	-	(73,9)
Depreciação e amortização	(2,5)	(2,6)	-	(5,1)	(0,3)	(0,0)	(6,5)	(3,4)	(15,4)
Outras receitas/despesas	3,3	(0,4)	-	2,9	10,4	(0,0)	8,5	0,3	22,1
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	134,9	(134,8)	0,0
EBITDA ICVM 527/12	172,6	163,0	0,0	335,6	147,8	(1,6)	94,9	(134,5)	442,3
Resultado Financeiro Líquido	(24,7)	0,0	-	(24,6)	(38,8)	2,6	19,8	0,0	(41,0)
EBT	102,8	119,4	0,0	222,2	59,5	1,0	108,3	(137,9)	253,1
Impostos Correntes	(5,6)	-	-	(5,6)	(1,7)	-	(0,6)	-	(7,9)
Impostos Diferidos	(15,3)	-	-	(15,3)	(15,5)	(1,2)	(10,3)	-	(42,3)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,2)	(0,2)
Resultado Líquido	81,9	119,4	0,0	201,3	42,3	(0,2)	97,4	(137,7)	203,1

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relatinadas às atividades exploratórias do Upstream

DRE - 1T20 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comerciali- zadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	619,0	234,0	(232,4)	620,5	402,0	215,1	0,1	(211,9)	1.025,9
Deduções da Receita Bruta	(61,4)	(28,0)	46,8	(42,7)	(45,4)	(19,9)	(0,0)	21,2	(86,8)
Receita Operacional Líquida	557,5	205,9	(185,6)	577,9	356,5	195,2	0,1	(190,7)	939,1
Custos Operacionais	(371,5)	(71,8)	184,4	(259,0)	(262,3)	(192,0)	(0,5)	190,7	(523,1)
Depreciação e amortização	(28,8)	(40,2)	1,9	(67,1)	(46,7)	-	(0,0)	-	(113,9)
Despesas Operacionais ¹	(5,6)	(37,3)	-	(42,9)	(5,3)	(1,5)	(33,0)	(3,4)	(86,1)
SG&A	(5,5)	(5,9)	-	(11,4)	(5,2)	(1,4)	(26,7)	-	(44,7)
Depreciação e amortização	(0,0)	(5,0)	-	(5,1)	(0,2)	(0,0)	(6,4)	(3,4)	(15,0)
Outras receitas/despesas	(17,0)	(0,4)	-	(17,3)	(0,1)	(0,0)	0,1	0,2	(17,2)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	155,1	(161,4)	(6,4)
EBITDA ICVM 527/12	192,3	141,6	(3,1)	330,9	135,7	1,8	128,1	(161,2)	435,3
Resultado Financeiro Líquido	(27,7)	(0,9)	1,2	(27,4)	(41,7)	9,9	(5,3)	-	(64,5)
EBT	135,7	95,6	0,0	231,3	47,1	11,7	116,4	(164,6)	241,8
Impostos Correntes	(14,6)	-	-	(14,6)	(0,7)	(0,3)	-	-	(15,6)
Impostos Diferidos	(21,0)	-	-	(21,0)	(23,0)	(0,9)	(1,7)	-	(46,6)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,1)	(0,1)
Resultado Líquido	100,1	95,6	0,0	195,7	23,4	10,5	114,8	(164,5)	179,8

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relatinadas às atividades exploratórias do Upstream



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Eneva S.A.

31 de março de 2021

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras intermediárias

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial – Ativo	3
Balanço Patrimonial – Passivo	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	10
02. Licenças e autorizações	12
03. Apresentação das demonstrações financeiras	12
04. Informações por segmento	13
05. Caixa e equivalentes de caixa	18
06. Títulos e valores mobiliários	18
07. Contas a receber	18
08. Estoques	19
09. Impostos a recuperar e diferidos	19
10. Investimentos	21
11. Imobilizado	22
12. Fornecedores	24
13. Endividamentos	25
14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	27
15. Provisão para contingências	30
16. Partes relacionadas	32
17. Patrimônio líquido	32
18. Resultado por ação	33
19. Plano de pagamento baseado em ações	33
20. Receita de venda de bens e/ou serviços	34
21. Custos e despesas por natureza	35
22. Resultado financeiro	36



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Eneva S.A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Eneva S.A. ("Companhia"), identificadas respectivamente como controladora e consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio Franca de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	377.323	275.334	1.464.233	1.384.933	
Títulos e valores mobiliários	6	168.235	144.570	599.610	511.317	
Contas a receber	7	1.381	1.413	318.965	700.964	
Estoques	8	48.223	45.277	232.692	179.015	
Despesas antecipadas		4.964	7.042	19.418	29.411	
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		30.274	22.039	59.604	73.022	
Outros impostos a recuperar		7.734	6.949	32.397	19.846	
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	1.871	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16	62.193	62.192	-	-	
Depósitos judiciais		2.229	2.229	2.412	2.412	
Mútuos com partes relacionadas	16	221.887	186.692	-	-	
Operações comerciais com partes relacionadas	16	48.075	140.802	-	-	
Adiantamentos a fornecedores		1.660	2.171	18.381	23.070	
Outros		-	-	5.999	6.412	
		974.178	896.710	2.755.582	2.930.402	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais		1.891	1.882	4.058	3.770	
Operações comerciais com partes relacionadas	16	83.547	139.355	51	51	
Mútuos com partes relacionadas	16	1.429.610	1.486.755	-	-	
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		2.713	531	8.015	6.233	
Outros impostos a recuperar		121.985	109.996	131.585	110.243	
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	492.878	503.142	828.427	865.059	
Outros		89	94	4.260	7.485	
		2.132.713	2.241.755	976.396	992.841	
Investimentos	10	6.366.105	6.287.200	9.673	9.633	
Imobilizado	11	2.513.816	2.413.979	11.335.545	10.946.675	
Intangível		890.640	898.610	1.324.904	1.338.545	
		11.903.274	11.841.544	13.646.518	13.287.694	
		12.877.452	12.738.254	16.402.100	16.218.096	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanço Patrimonial

Continuação

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	36.115	44.523	411.565	492.456
Empréstimos e financiamentos	13	15.600	15.613	19.482	19.193
Debêntures	13	37.389	11.886	160.624	118.520
Arrendamento		25.050	25.720	41.458	34.729
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		1.100	4.394	113	36.998
Outros impostos a recolher		9.913	41.612	25.057	67.086
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	2.391
Obrigações sociais e trabalhistas		31.643	34.643	46.545	49.070
Participações nos lucros		11.974	51.255	18.415	78.947
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	12.316	12.455
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		-	-	79.564	82.603
Provisão - custo de resarcimento		-	-	58.352	64.445
Outras obrigações		4.054	4.074	7.117	7.046
		172.838	233.720	880.608	1.065.939
Não circulante					
Fornecedores	12	1.558	2.338	26.855	44.382
Empréstimos e financiamentos	13	60.758	64.605	1.477.036	1.311.099
Debêntures	13	4.345.245	4.273.366	5.638.201	5.593.853
Arrendamento		38.831	42.614	101.499	66.239
Operações comerciais com partes relacionadas	16	105.629	105.629	176	168
Retenção contratual		-	-	4.330	4.330
Provisão para passivo a descoberto		4.541	4.298	-	-
Provisão para contingências	15	6.079	6.871	91.898	92.603
Provisão de abandono		67.444	70.650	71.347	75.109
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	-	-	38.336	32.692
Outras obrigações		76	-	1.018	942
		4.630.161	4.570.371	7.450.696	7.221.417
Total do Passivo		4.802.999	4.804.091	8.331.304	8.287.356
Patrimônio líquido	17				
Capital social		8.873.481	8.848.409	8.873.481	8.848.409
Ações em tesouraria		(75.073)	-	(75.073)	-
Reserva de capital		8.173	25.418	8.173	25.418
Reserva de incentivos fiscais		253.071	253.071	253.071	253.071
Outros resultados abrangentes		15.166	10.775	15.166	10.775
Prejuízos acumulados		(1.000.365)	(1.203.510)	(1.000.365)	(1.203.510)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		8.074.453	7.934.163	8.074.453	7.934.163
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3.657)	(3.423)
Total do patrimônio líquido		8.074.453	7.934.163	8.070.796	7.930.740
		12.877.452	12.738.254	16.402.100	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Resultados

Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita de venda de bens e/ou serviços	20	232.039	202.831	951.352
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	21	(93.642)	(71.819)	(580.262)
Resultado bruto		138.397	131.012	371.090
Despesas/receitas operacionais				
Gerais e administrativas	21	(71.492)	(66.447)	(99.186)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	8.905	45	22.099
Resultado de equivalência patrimonial	10	118.642	122.534	47
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		194.452	187.144	294.050
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	22	42.664	50.306	44.261
Despesas financeiras	22	(23.128)	(56.019)	(85.261)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		213.988	181.431	253.050
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro				
Corrente	11	(579)	-	(7.864)
Diferido	11	(10.264)	(1.673)	(42.275)
Lucro líquido do período		203.145	179.758	202.911
Atribuído a sócios da empresa controladora		203.145	179.758	203.145
Atribuído a sócios não controladores		-	-	(234)
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)				
Lucro líquido básico por ação	18	-	-	0,21971
Lucro líquido diluído por ação	18	-	-	0,21746
				0,57004
				0,56709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado		
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do período	203.145	179.758	202.911	179.636
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	129	14.283	129	14.283
Ajuste de avaliação patrimonial	-	249	-	249
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	129	14.532	129	14.532
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganho com derivativos	4.262	62.432	4.262	62.432
Total do resultado abrangente do período	207.536	256.722	207.302	256.600
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(234)	(122)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	207.536	256.722	207.536	256.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros				Total do Patrimônio Líquido Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reserva de Incentivos Fiscais	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados			
Saldo em 1º de janeiro 2020	8.834.907	-	15.640	110.725	9.541	(2.068.379)	6.902.434	(2.353)	6.900.081
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	179.758	179.758	(122)	179.636
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	1.271	-	-	-	1.271	-	1.271
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do período	-	-	-	-	14.283	-	14.283	-	14.283
Ajuste de avaliação patrimonial ativo mantido p/ venda	-	-	-	-	249	-	249	-	249
Ganhos com derivativos	-	-	-	-	62.432	-	62.432	-	62.432
Saldo em 31 de março de 2020	8.834.907	-	16.911	110.725	86.505	(1.888.621)	7.160.427	(2.475)	7.157.952
Saldo em 1º de janeiro 2021	8.848.409	-	25.418	253.071	10.775	(1.203.510)	7.934.163	(3.423)	7.930.740
Aumento de capital de opções de ações outorgadas	25.072	-	(25.072)	-	-	-	-	-	-
Programa de recompra de ações	-	(75.073)	754	-	-	-	(74.319)	-	(74.319)
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	203.145	203.145	(234)	202.911
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	7.073	-	-	-	7.073	-	7.073
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do período	-	-	-	-	129	-	129	-	129
Ganhos com derivativos	-	-	-	-	4.262	-	4.262	-	4.262
Saldo em 31 de março de 2021	8.873.481	(75.073)	8.173	253.071	15.166	(1.000.365)	8.074.453	(3.657)	8.070.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de caixa

Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado		
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	213.988	181.431	253.050	241.826
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	49.420	48.467	148.217	128.922
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	482	-
Resultado de equivalência patrimonial	(118.642)	(122.534)	(47)	6.377
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	4.153	(108)	4.153	(108)
Recuperação de créditos tributários e juros	-	-	(12.917)	-
Resultado financeiro líquido	(25.881)	(4.868)	51.070	21.039
Provisão para contingências	(239)	(830)	(419)	(431)
Amortização de custo de captação	684	1.953	2.031	5.138
	123.483	103.511	445.620	402.763
Aumento nos ativos /Aumento nos passivos operacionais:				
Adiantamentos diversos	511	321	4.689	6.551
Despesas antecipadas	2.079	(4.334)	13.216	(42.854)
Contas a receber	32	182	384.307	271.978
Impostos a recuperar	(23.191)	17.160	9.694	22.657
Depósitos vinculados	-	(9)	(288)	(79)
Estoque	(2.946)	2.064	(53.677)	(60.679)
Impostos, taxas e contribuições	(24.354)	(29.752)	(67.170)	(45.773)
Fornecedores	(685)	(23.520)	(36.185)	(9.906)
Provisões e encargos trabalhistas	(42.281)	(41.600)	(63.057)	(56.426)
Mútuos	37.767	(11.012)	-	3.870
Operações comerciais com partes relacionadas	148.535	37.730	8	(1.901)
Outros ativos e passivos	18.519	8.613	4.987	11.456
	113.986	(44.157)	196.524	98.894
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(11.218)	(9.197)	(19.608)	(19.912)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	226.251	50.157	622.536	481.745
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(66.920)	(62.228)	(442.819)	(526.023)
Aporte de capital em investida	(1.207)	(35.974)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.890)	(306.091)	-	-
Títulos e valores mobiliários	(21.480)	70.598	(81.480)	(36.620)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimentos	(91.497)	(333.695)	(524.299)	(562.643)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento do passivo de arrendamento	(8.489)	(9.463)	(12.962)	(18.494)
Captações de financiamentos	-	-	160.171	-
Ações em tesouraria	-	-	(74.319)	-
Amortizações do principal - financiamentos	(3.862)	(2.888)	(3.862)	(40.213)
Juros pagos	(20.414)	(1.638)	(45.295)	(26.937)
Depósitos vinculados	-	-	(42.670)	(63.803)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de financiamentos	(32.765)	(13.989)	(18.937)	(149.447)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	101.989	(297.527)	79.300	(230.345)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583
No fim do período	377.323	708.948	1.464.233	1.287.238
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	101.989	(297.527)	79.300	(230.345)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de
2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado		
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	276.423	230.886	1.077.423	1.023.957
Outras receitas	-	23	25.430	243
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(31.246)	(50.638)	(387.424)	(404.757)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(31.246)	(50.528)	(267.052)	(288.443)
Insumos de geração	-	-	(120.372)	(115.938)
Perda e recuperação de valores ativos	-	(110)	-	(376)
Valor adicionado bruto	245.177	180.248	689.999	619.200
Depreciação e amortização	(49.420)	(48.467)	(148.217)	(128.922)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	195.757	131.781	541.782	490.278
Valor adicionado recebido em transferência	171.543	182.128	44.308	56.434
Resultado de equivalência patrimonial	118.642	122.534	47	(6.377)
Receitas financeiras	32.139	32.914	43.796	60.736
Juros sobre operações de mútuos e debêntures	10.522	17.389	-	320
Serviços compartilhados	10.237	9.288	-	-
Outros	3	3	465	1.755
Valor adicionado total a distribuir	367.300	313.909	586.090	546.712
Distribuição do valor adicionado	367.300	313.909	586.090	546.712
Pessoal	43.082	28.489	84.209	69.904
Remuneração direta	36.999	21.694	68.032	54.008
Benefícios	3.620	5.899	12.158	14.845
FGTS e contribuições	2.463	896	4.019	1.051
Impostos, taxas e contribuições	99.359	49.169	211.840	168.212
Federal	48.088	27.243	150.204	161.301
Estadual	17.100	7.395	18.520	(17.208)
Municipal	335	740	337	749
Taxas e contribuições	33.836	13.791	42.779	23.370
Remuneração capital de terceiros	21.714	56.493	87.130	128.960
Juros de empréstimos e debêntures	12.903	19.825	28.841	43.719
Outras despesas financeiras	6.707	21.460	11.946	52.995
Variação cambial e monetária	1.585	13.444	41.886	28.169
Aluguéis	1.443	2.227	5.288	5.140
Outros	(924)	(463)	(831)	(1.063)
Remuneração de capital próprio	203.145	179.758	202.911	179.636
Lucro líquido do período	203.145	179.758	202.911	179.636
Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	-	-	203.145	179.758
Prejuízo do período atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(234)	(122)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 31 de março de 2021

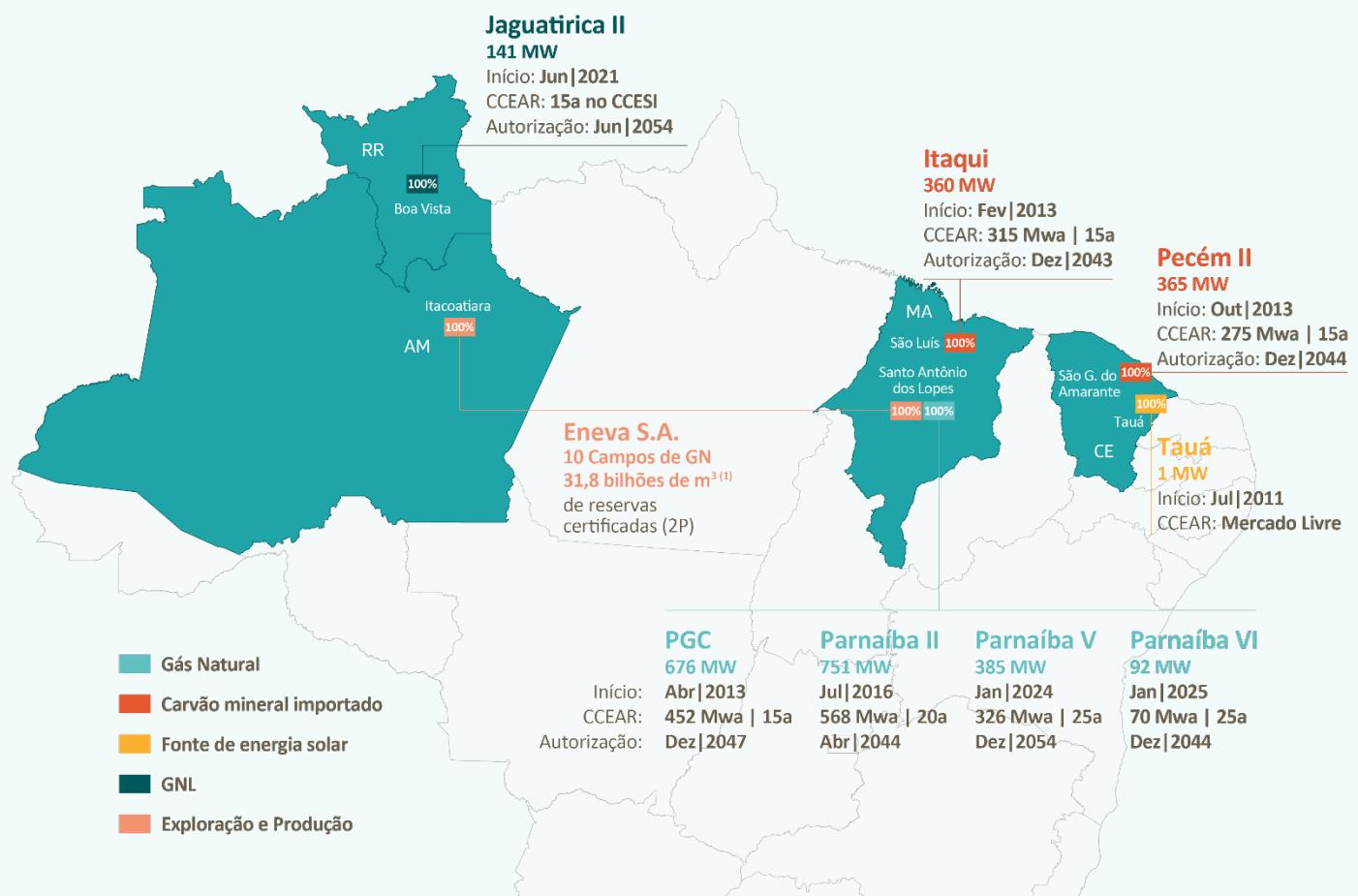
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Eneva S.A. (a “Companhia” ou o “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “ENEV3”, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil.

A Eneva tem um parque de geração térmica com 2,8 GW de capacidade contratada (78% operacional), sendo 2,0 GW a gás natural (74%) e 725 MW a carvão mineral (26%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 9% da capacidade térmica a gás nacional instalada.

Empreendimentos



⁽¹⁾ Informação não auditada.



Atualmente, a Companhia possui dez campos declarados comerciais, cinco deles em produção, destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m³/dia.

A Eneva é a maior operadora privada de gás natural do Brasil e possui uma área exploratória total superior a 64 mil km² localizada na Bacia do Parnaíba, no estado do Maranhão e na Bacia do Amazonas, no estado de mesmo nome.

1.1 Eventos significativos do período:

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

A continuidade da pandemia permanece impondo enormes desafios em todos os aspectos da sociedade, principalmente com relação à segurança da economia.

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia, mantendo todas as medidas para preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores (próprios e terceiros) e apoio às comunidades nas localidades onde atua. Como forma de contribuir para o combate ao vírus, a Companhia continua realizando ações de forma voluntária para auxiliar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e os profissionais de saúde das localidades de atuação com foco em medidas preventivas tais como doações de kits de higiene pessoal, kits de limpeza, cestas básicas, aparelhos de ventilação pulmonar, medicamentos, cilindros de gás, concentradores de oxigênio para o sistema público de saúde, apoio para a instalação de hospital de campanha. No trimestre, destaca-se a doação de usinas de oxigênio em Roraima e no Amazonas, suportando o poder público no enfrentamento da COVID. Além destas ações, a Companhia mantém a prática de *home office* para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

(a) Reconhecimento de receita e avaliação de perdas de créditos

As receitas da Companhia decorrem, principalmente (98%), de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado ("CCEAR"), com preços, volume e prazos definidos. Esse ambiente é fortemente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes (compradores e vendedores). Portanto, a Companhia não identificou impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmicas a gás e térmicas a carvão), até o presente momento. Também não foi identificada alteração na matriz de risco que impactasse a probabilidade de realização do seu recebível atrelado a esse segmento, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Com relação à receita do segmento de comercialização de energia, a Companhia adotou critérios rígidos para avaliar o risco de crédito das contrapartes. Por isso, não estamos realizando operações com agentes que possam ser afetados pelo COVID-19. Além disso, estão sendo exigidas garantias adicionais para que novos negócios sejam realizados. Dessa forma, também não identificamos alteração na matriz de risco que impactasse o reconhecimento de receita, bem como a probabilidade de realização desse recebível, conforme estabelecido no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia revisou e atualizou as premissas utilizadas no modelo de cálculo do valor presente líquido ("VPL") dos contratos bilaterais para marcação a mercado, e não identificou alteração nestas demonstrações interinas.

(b) Avaliação de indicativo de *impairment* de ativos não financeiros e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos

A Companhia realizou o acompanhamento das principais premissas operacionais e macroeconômicas, tendo concluído que não houve alteração do cenário base projetado e avaliado em 31 de dezembro de 2020. Portanto, não identificamos evidências de que os ativos estivessem registrados por valores acima do seu valor recuperável.

(c) Projetos em construção

O cronograma dos projetos se mantém o mesmo conforme divulgação em 31 de dezembro de 2020. O projeto em construção Parnaíba V está previsto para iniciar sua operação no primeiro semestre de 2022 e o projeto Azulão-Jaguatirica no segundo semestre de 2021. O andamento das obras está de acordo com o novo cronograma aprovado pela ANEEL.

Operacional e financeiro

Em 1 de fevereiro de 2021, a Companhia foi convidada pela Petrobras S.A. ("Petrobras") para participar da fase de negociação dos termos e condições para a potencial aquisição da totalidade das participações da Petrobras em um conjunto de concessões de campos terrestres de exploração e produção de hidrocarbonetos (Polo Urucu) localizados na Bacia de Solimões, no estado do Amazonas. A assinatura dos contratos de compra/venda está sujeita ao êxito das negociações, que envolvem aspectos comerciais e contratuais da transação a serem aprovados pelas instâncias decisórias de ambas as partes.

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a declaração de comercialidade da acumulação Fortuna, descoberta no Bloco PN-T-102A, na Bacia do Parnaíba. A acumulação Fortuna recebeu a denominação de Campo Gavião Belo (GVBL), que é o décimo campo na Bacia do Parnaíba a ser declarado comercial.

Ao longo do primeiro trimestre de 2021 tivemos a liberação de R\$ 160 milhões de parcelas dos financiamentos, sendo R\$ 112 milhões de Parnaíba Geração e Comercialização junto ao BNB e R\$ 48 milhões de Azulão Geração de Energia junto ao BASA, reforçando o caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos em andamento.

2. Licenças e autorizações

[SUMÁRIO](#)

Para o 1º trimestre de 2021, além do cumprimento de todas as obrigações legais e socioambientais planejadas para o período, destaca-se a emissão da licença para produção nos poços de Azulão no Amazonas, que entrará em operação com o término das obras da Unidade de Tratamento de Gás do Azulão.

3. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

[SUMÁRIO](#)

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo as mesmas políticas contábeis, julgamentos críticos de estimativas, princípios, métodos de cálculo e critérios uniformes em relação àqueles adotados para a elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto com estas.

Com o objetivo de apresentar apenas aspectos relevantes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, não estamos apresentando as notas explicativas descritas abaixo, que foram divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício

Além disso, no Maranhão foi emitida a licença de instalação para construção do gasoduto de conexão e clusters de produção no campo de Gavião Preto.

Também foi emitida a licença ambiental única para implementação da Usina Fotovoltaica Ceará II, em Mombaça, CE.

findo em 31 de dezembro de 2020, já que não sofreram atualizações significativas no período.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na análise histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Estimativas e julgamentos contábeis críticos	5
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11
Intangível	14
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	16
Provisão para abandono	20
Cobertura de seguros	28
Compromissos assumidos	29
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	25 (e)
Provisão - custo de resarcimento	25 (f)

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 6 de maio de 2021 e pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2021.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias individuais estão de acordo com o CPC 21 (R1) e as informações consolidadas da Companhia estão de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como da mesma forma que a apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações financeiras intermediárias - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09- "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas demonstrações financeiras intermediárias.

Na apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais, os custos relativos às debêntures emitidas pela Eneva S.A. (3º série), que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba V, estão registrados na conta de "investimento em controladas", em consonância ao parágrafo 8º, do CPC 43 – adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, esses custos são apresentados na conta de "imobilizado". Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

Adicionalmente, as ações da Eneva S.A. que foram adquiridas pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., para realização do programa de recompra da Companhia, estão registradas no patrimônio líquido individual e consolidado de forma reflexa. Desta forma, essa operação também não gera diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado, em consonância ao parágrafo 8º, do CPC 43 – adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas e coligadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que é o Real (“R\$”), exceto em relação à controlada Parnaíba BV que utiliza o Dólar (“USD”), cuja moeda funcional é diferente da apresentação e sua conversão segue os mesmos critérios utilizados em 31 de dezembro de 2020.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou, sem impactos significativos, as alterações ao “CPC 06 (R2) – Arrendamentos” e do “CPC 48 – Instrumentos Financeiros”, nos termos da revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, a partir de 1º de janeiro de 2021.

4. Informações por segmento

SUMÁRIO 

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) upstream, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia e (v) holding e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

Segue abaixo descrição dos segmentos:

i. Térmicas a gás

Fazem parte deste segmento as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2022 e projeto Parnaíba VI, que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (“Parnaíba II”), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 1º semestre de 2025.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Adicionalmente, o segmento de geração térmica a gás conta com o projeto Azulão-Jaguatirica, com capacidade instalada de 132,3 MW, em implantação na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, com previsão de conclusão para o 2º semestre de 2021. O projeto está situado em sistema isolado.

ii. Upstream

Nesse segmento, a Companhia opera 10 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas e, adicionalmente, possui contratos de concessão para exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em mais de 64.000 km².

A Companhia possui compromisso de produção de 8,4 milhões de m³ de gás natural por dia, totalmente destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba, consolidando o modelo Reservoir-to-Wire (“R2W”), implementado de forma pioneira no país. Este segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

iii. Térmicas a carvão

Esse segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste, ambas com transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iv. Comercialização de energia

Nesse segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda.

v. Holding e outros

Esse segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

A seguir são apresentados, por segmento, o balanço patrimonial na data base de 31 de dezembro 2020 e 31 de março de 2021 e as demonstrações de resultados na data base de 31 de março de 2021 e 2020.

Contas patrimoniais 31/03/2021:

Geração a Gás Natural												
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado	
Total do ativo	6.591.116	6.169.173	(260.858)	12.499.431	4.646.692	(4.454)	4.642.238	158.075	856.628	(1.754.272)	16.402.100	
Circulante	1.209.147	1.078.045	(208.195)	2.078.997	735.611	-	735.611	107.618	73.659	(240.303)	2.755.582	
Caixa e equivalentes	813.933	377.324	-	1.191.257	263.619	-	263.619	4.617	4.740	-	1.464.233	
Contas a receber	151.818	99.645	(97.928)	153.535	120.325	-	120.325	45.060	45	-	318.965	
Estoque	34.397	48.223	-	82.620	150.061	-	150.061	-	11	-	232.692	
Outros ativos	208.999	552.853	(110.267)	651.585	201.606	-	201.606	57.941	68.863	(240.303)	739.692	
Não circulante	5.381.969	5.091.128	(52.663)	10.420.434	3.911.081	(4.454)	3.906.627	50.457	782.969	(1.513.969)	13.646.518	
IR e CS Diferido	14.404	492.877	-	507.281	278.702	-	278.702	42.406	38	-	828.427	
Imobilizado e intangível	5.321.634	2.998.892	-	8.320.526	3.619.656	-	3.619.656	186	111.029	609.052	12.660.449	
Outros ativos	45.931	1.599.359	(52.663)	1.592.627	12.723	(4.454)	8.269	7.865	671.902	(2.123.021)	157.642	
Total do passivo	6.591.116	6.169.173	(260.858)	12.499.431	4.646.692	(4.454)	4.642.238	158.075	856.628	(1.754.272)	16.402.100	
Circulante	568.612	265.796	(162.048)	672.360	474.372	(1.962)	472.410	41.875	7.472	(313.509)	880.608	
Empréstimos	3.878	15.603	-	19.481	1	-	1	-	-	-	19.482	
Debêntures	123.235	37.389	-	160.624	-	-	-	-	-	-	160.624	
Outros passivos	441.499	212.804	(162.048)	492.255	474.371	(1.962)	472.409	41.875	7.472	(313.509)	700.502	
Não circulante	2.873.275	4.536.955	(98.810)	7.311.420	1.433.059	(2.492)	1.430.567	4.160	145.312	(1.440.763)	7.450.696	
Empréstimos	1.416.278	60.758	-	1.477.036	-	-	-	-	-	-	1.477.036	
Debêntures	1.292.956	4.345.245	-	5.638.201	-	-	-	-	-	-	5.638.201	
Outros passivos	164.041	130.952	(98.810)	196.183	1.433.059	(2.492)	1.430.567	4.160	145.312	(1.440.763)	335.459	
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.657)	-	(3.657)	
Patrimônio Líquido	3.149.229	1.366.422	-	4.515.651	2.739.261	-	2.739.261	112.040	707.501	-	8.074.453	

Contas patrimoniais 31/12/2020:

Geração a Gás Natural												
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado	
Total do ativo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096	
Circulante	1.535.381	994.754	(300.994)	2.229.141	722.828	-	722.828	102.133	73.753	(197.453)	2.930.402	
Caixa e equivalentes	918.719	275.380	-	1.194.099	170.994	-	170.994	9.638	10.202	-	1.384.933	
Contas a receber	415.149	99.741	(97.999)	416.891	248.329	-	248.329	35.744	-	-	700.964	
Estoque	25.227	45.277	-	70.504	108.501	-	108.501	-	10	-	179.015	
Outros ativos	176.286	574.356	(202.995)	547.647	195.004	-	195.004	56.751	63.541	(197.453)	665.490	
Não circulante	5.068.312	5.122.663	(167.640)	10.023.335	3.975.968	(2.954)	3.973.014	53.852	759.283	(1.521.790)	13.287.694	
IR e CS Diferido	24.092	503.142	-	527.234	294.190	-	294.190	43.599	36	-	865.059	
Imobilizado e intangível	5.003.927	2.901.954	-	7.905.881	3.669.441	-	3.669.441	198	111.697	598.003	12.285.220	
Outros ativos	40.293	1.717.567	(167.640)	1.590.220	12.337	(2.954)	9.383	10.055	647.550	(2.119.793)	137.415	
Total do passivo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096	
Circulante	804.714	332.106	(358.597)	778.223	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	1.065.939	
Empréstimos	3.580	15.613	-	19.193	-	-	-	-	-	-	19.193	
Debêntures	106.634	11.886	-	118.520	-	-	-	-	-	-	118.520	
Outros passivos	694.500	304.607	(358.597)	640.510	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	928.226	
Não circulante	2.669.600	4.472.445	(110.037)	7.032.008	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	7.221.417	
Empréstimos	1.246.493	64.606	-	1.311.099	-	-	-	-	-	-	1.311.099	
Debêntures	1.320.488	4.273.365	-	5.593.853	-	-	-	-	-	-	5.593.853	
Outros passivos	102.619	134.474	(110.037)	127.056	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	316.465	
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.423)	-	(3.423)	
Patrimônio líquido	3.129.379	1.312.866	-	4.442.245	2.696.844	-	2.696.844	112.216	682.858	-	7.934.163	

31/03/2021

	Geração a Gás Natural				Geração a Carvão						
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	562.948	232.038	(224.136)	570.850	306.933	-	306.933	111.490	271	(38.192)	951.352
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(425.495)	(93.642)	224.136	(295.001)	(212.772)	-	(212.772)	(110.143)	(538)	38.192	(580.262)
Despesas operacionais	(13.262)	(61.990)	(3.422)	(78.674)	(6.326)	-	(6.326)	(2.936)	(1.353)	-	(89.289)
Outros resultados operacionais	3.271	8.627	-	11.898	10.442	-	10.442	-	(544)	303	22.099
Despesas com exploração e poço seco	-	(9.897)	-	(9.897)	-	-	-	-	-	-	(9.897)
Equivalência patrimonial	-	118.921	(63.484)	55.437	28.317	(28.317)	-	-	15.953	(71.343)	47
Receita financeira	4.621	41.101	-	45.722	6.121	-	6.121	2.613	327	(10.522)	44.261
Despesa financeira	(29.272)	(21.543)	-	(50.815)	(44.932)	-	(44.932)	(6)	(30)	10.522	(85.261)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(20.901)	(10.843)	-	(31.744)	(17.141)	-	(17.141)	(1.193)	(61)	-	(50.139)
Lucro (prejuízo) líquido do período	81.910	202.772	(66.906)	217.776	70.642	(28.317)	42.325	175	14.025	(71.040)	202.911
Atribuído a sócios da empresa controladora	81.910	202.772	(66.906)	217.776	70.642	(28.317)	42.325	175	14.259	(71.040)	203.145
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(234)	-	(234)

31/03/2020

	Geração a Gás Natural				Geração a Carvão						
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	557.533	205.925	(185.587)	577.871	356.545	-	356.545	195.246	123	(190.675)	939.110
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(371.534)	(71.818)	184.402	(258.950)	(262.330)	-	(262.330)	(191.967)	(494)	190.675	(523.066)
Despesas operacionais	(5.585)	(42.498)	-	(48.083)	(5.311)	-	(5.311)	(1.450)	(1.469)	(3.423)	(59.736)
Outros resultados operacionais	(16.966)	(6.505)	-	(23.471)	(128)	-	(128)	-	(184)	6.620	(17.163)
Despesas com exploração e poço seco	-	(26.400)	-	(26.400)	-	-	-	-	-	-	(26.400)
Equivalência patrimonial	-	129.082	(76.323)	52.759	16.377	(16.377)	-	-	32.377	(91.513)	(6.377)
Receitas financeiras	5.646	27.734	(824)	32.556	25.261	-	25.261	9.916	483	(5.405)	62.811
Despesas financeiras	(33.378)	(34.298)	2.008	(65.668)	(66.962)	-	(66.962)	(49)	(79)	5.405	(127.353)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(35.584)	(1.673)	-	(37.257)	(23.694)	-	(23.694)	(1.239)	-	-	(62.190)
Lucro (prejuízo) do período	100.132	179.549	(76.324)	203.357	39.758	(16.377)	23.381	10.457	30.757	(88.316)	179.636
Atribuído a sócios da empresa controladora	100.132	179.549	(76.324)	203.357	39.758	(16.377)	23.381	10.457	30.757	(88.316)	179.758
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122	(122)

Receita bruta entre segmentos e clientes

	31/03/2021			31/03/2020		
	Receita Bruta Total do Segmento (a)	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes	Receita Bruta Total do Segmento	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes
Térmicas a gás	626.582	29.447	597.135	618.969	42.550	576.419
Upstream	276.423	274.896	1.527	230.863	229.303	1.560
Carvão	343.190	-	343.190	401.954	-	401.954
Comercializadora de energia	122.854	12.638	110.216	215.146	169.309	45.837
Holding e outros	299	-	299	137	-	137
	1.369.348	316.981	1.052.367	1.467.069	441.162	1.025.907

* Receita eliminada

(a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	31/03/2021					
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável
Térmicas a gás (a)	335.643	202.303	88.636	-	-	-
Upstream (a)	-	-	-	72.944	61.222	142.257
Carvão	217.186	113.894	12.110	-	-	-
Comercializadora de energia (b)	-	-	122.854	-	-	-
Holding e outros	-	-	299	-	-	-
Total	552.829	316.197	223.899	72.944	61.222	142.257

	31/03/2020					
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável
Térmicas a gás	318.509	121.010	179.450	-	-	-
Upstream	-	-	-	72.943	14.139	143.781
Carvão	208.997	97.593	95.364	-	-	-
Comercializadora de energia	-	-	215.146	-	-	-
Holding e outros	-	-	137	-	-	-
Total	527.506	218.603	490.097	72.943	14.139	143.781

* MCP = Mercado de Curto Prazo (ambiente de contratação livre)

- a. Incremento na receita em 31 de março de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020 referente a atualização do preço nos contratos de CCEARs e aumento no arrendamento variável devido ao reajuste do preço de referência pela ANP da cotação internacional de gás natural.
- b. O volume de energia comercializado diminuiu em função das condições desfavoráveis de mercado para o período.

5. Caixa e equivalentes de caixa

SUMÁRIO 

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	15.634	3.419	88.888	43.382
Operações compromissadas	7.640	13.760	41.858	82.977
Fundo e CDB (a)	354.049	258.155	1.333.487	1.258.574
	377.323	275.334	1.464.233	1.384.933

- a. Investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%. O incremento observado em 2021 está relacionado com os aportes financeiros realizados através das captações.

As principais movimentações de caixa no período findo em 31 de março de 2021 foram substancialmente originadas por uma geração de caixa operacional de R\$ 622.536 e captações de R\$ 160.171, compensadas por investimentos líquidos nos segmentos de negócio (construção de Parnaíba V e projeto Azulão-Jaguatirica) no montante de R\$ 442.819, recursos aplicados em Títulos e Valores Mobiliários e movimentações de capital de giro.

6. Títulos e valores mobiliários

SUMÁRIO 

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT s") (a)	96.274	72.911	527.629	439.658
CDB	71.961	71.659	71.981	71.659
	168.235	144.570	599.610	511.317

- a. LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento.

7. Contas a receber

SUMÁRIO 

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	52.735	118.719
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	80.059	153.620
Pecém II Geração de Energia S.A.	57.362	99.191
Itaqui Geração de Energia S.A.	52.673	104.921
(a)	242.829	476.451
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	3.354	57.067
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	-	1.026
Pecém II Geração de Energia S.A.	3.233	29.413
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	15.656	85.692
Itaqui Geração de Energia S.A.	7.071	14.804
(a)	29.314	188.002
Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	55.423	45.410
Tauá Geração de Energia Ltda.	45	51
	55.468	45.461
Contratos de comercialização de gás condensado		
Eneva S.A.	1.717	1.413
Perda de crédito esperada		
Provisão para perda de crédito esperada	(10.363)	(10.363)
Total do contas a receber	318.965	700.964

- a. Devido a sazonalidade da geração hídrica no país, historicamente, o 1º trimestre apresenta menores índices de despacho para a geração térmica em virtude do PLD mais baixo que o custo variável unitário (CVU) dessas usinas. Dessa forma, a redução apresentada se deve exatamente pela retração da curva de despacho para o período. Cabe destacar que apuramos 100% de adimplência dos contratos do CCEAR e do ambiente livre.

Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte ficar com um déficit de energia, sujeito ao preço de energia atual no mercado (PLD) e a multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica(CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda, exceto o saldo da Canabrava Energética S.A, no valor de R\$ 10.363 mil, cuja provisão para perda de crédito esperada foi reconhecida integralmente.

8. Estoques

[SUMÁRIO](#)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Materiais, suprimentos e outros	24.841	21.125	51.608	39.559
Carvão (a)	-	-	106.057	65.530
Peças eletrônicas e mecânicas	19.135	19.904	65.507	65.489
Lubrificantes e químicos	4.247	4.248	9.520	8.437
	48.223	45.277	232.692	179.015

- a. Devido ao consumo ocorrido nos últimos três meses do ano anterior, a Companhia adotou a estratégia de reposição do estoque ao longo do 1º trimestre de 2021.

9. Impostos diferidos

[SUMÁRIO](#)

Impostos diferidos

Segue abaixo a composição dos tributos diferidos por empresa e natureza:

	Ativo Diferido				Consolidado 31/03/2021	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos Avaliados a Valor Justo	Passivo Diferido	Líquido
			(a)		Diferenças Temporárias	
Eneva	518.081	35.908	553.989	79.082	(140.193)	492.878
Itaqui	187.441	34.923	222.364	-	(23.514)	198.850
PGC	49.684	3.288	52.972	-	(78.083)	(25.111)
Parnaíba II	52.258	3.272	55.530	-	(41.654)	13.876
Comercializadora de Energia	41.767	3.653	45.420	-	(3.014)	42.406
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	94.105	9.622	103.727	-	(23.874)	79.853
Azulão Geração de Energia	-	528	528	-	-	528
Outras	-	2	2	-	(13.227)	(13.227)
	943.336	91.232	1.034.568	79.082	(323.559)	790.091

Ativo diferido líquido 828.427
 Passivo diferido líquido (38.336)

						Consolidado 31/12/2020
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	Líquido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos Avaliados a Valor Justo	Diferenças Temporárias	
Eneva	519.019	47.611	566.630	79.082	(142.570)	
Itaqui	187.441	42.009	229.450	-	(20.974)	
PGC	24.293	32.779	57.072	-	(76.593)	
Parnaíba II	58.962	4.564	63.526	-	(39.434)	
Comercializadora de Energia	41.767	4.061	45.828	-	(2.229)	
Eneva Participações	-	36	36	-	-	
Pecém II Geração	96.801	10.940	107.741	-	(22.027)	
Outras	-	54	54	-	(13.225)	
	928.283	142.054	1.070.337	79.082	(317.052)	
Ativo diferido líquido					865.059	
Passivo diferido líquido					(32.692)	

(a) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	2029 a 2030	2031 a 2034	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos*	36.617	69.384	81.264	113.411	73.589	189.203	147.200	323.900	1.034.568

* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 a 14 anos.

Em 31 de março de 2021, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	213.988	181.431	253.050	241.826
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(72.756)	(61.686)	(86.037)	(82.221)
Resultado de equivalência patrimonial	41.597	45.052	16	(1.053)
Subvenção para investimento – ICMS	7.176	7.288	7.176	7.288
Outras diferenças permanentes	11.545	(2.253)	11.624	(7.319)
Ativo fiscal não constituído	(12)	11.408	(4.729)	18.188
Redução benefício SUDENE e PAT	1.607	-	21.811	18.422
Baixa do diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	(1.482)	-	(15.495)
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(10.843)	(1.673)	(50.139)	(62.190)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(579)	-	(7.864)	(15.607)
IRPJ e CSLL diferidos	(10.264)	(1.673)	(42.275)	(46.583)
Total	(10.843)	(1.673)	(50.139)	(62.190)
Alíquota efetiva	5,07%	0,92%	19,81%	25,72%

a. Subvenção para investimento referente a incentivo fiscal no estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a esse combustível.

b. Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação.

c. O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.

10. Investimento

[SUMÁRIO](#)

10.1 Mutação do Investimento - valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 31/12/2020	Transferênci a de Passivo a Descoberto	Integraliza ção de Capital	AFAC	Equivale nça	Amortiza ção	Juros PGC	Hedge Accounting	Dividendos	Baixa de Investimento	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em tesouraria	Saldo em 31/03/2021
Controladas (diretas e indiretas)															
Azulão Geração de Energia S.A	99,90%	1.018.623	-	-	-	(6.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.012.224
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	60,72%	667.750	-	-	-	16.238	-	19.542	2.588	-	-	-	-	-	706.118
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	89,70%	1.014.444	-	1.000	-	55.250	-	-	-	-	-	7.319	(3.898)	(74.319)	999.796
Parnaíba B.V.	100,00%	98.553	-	207	-	(376)	-	-	-	-	-	-	128	-	98.512
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	1.639.550	-	-	-	14.020	-	-	-	-	-	-	-	-	1.653.570
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.057.385	-	-	-	28.306	-	-	-	-	-	-	-	-	1.085.691
Eneva Participações S.A.	100,00%	755.749	-	-	1.841	15.256	-	-	1.674	-	-	-	3.898	-	778.418
Outros	-	6.141	(37)	-	49	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.151
Controladas em conjunto															
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	4.987	-	-	-	104	-	-	-	(1)	-	-	-	-	5.090
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	50,00%	3.500	-	-	-	108	-	-	-	-	-	-	-	-	3608
Centrais Termelétrica São Marco S.A.	50,00%	9	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-	-
MABE Construção e Administração de Projeto	50,00%	1.136	-	-	-	(160)	-	-	-	-	-	-	-	-	976
		6.267.827	(37)	1.207	1.890	122.345	-	19.542	4.262	(1)	(9)	7.319	128	(74.319)	6.350.154
Mais valia e menos valia de ativos															
Controladas (diretas e indiretas)															
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	60,72%	10.014	-	-	-	(116)	-	-	-	-	-	-	-	-	9.898
Pecém II Participações S.A.	100,00%	(153.064)	-	-	-	(1.614)	-	-	-	-	-	-	-	-	(154.678)
		6.124.777	(37)	1.207	1.890	122.345	(1.730)	19.542	4.262	(1)	(9)	7.319	128	(74.319)	6.205.374
Direito de uso															
Controladas (diretas)															
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	89,70%	33.861	-	-	-	(1.112)	-	-	-	-	-	-	-	-	32.749
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	11.594	-	-	-	(128)	-	-	-	-	-	-	-	-	11.466
Eneva Participações S.A.	100,00%	116.968	-	-	-	(452)	-	-	-	-	-	-	-	-	116.516
Total investimentos		6.287.200	(37)	1.207	1.890	122.345	(3.422)	19.542	4.262	(1)	(9)	7.319	128	(74.319)	6.366.105

11. Imobilizado

[SUMÁRIO !\[\]\(c27be48f17fe8ecbb38b20ac0bca5a5b_img.jpg\)](#)

11.1 Eventos significativos do período:

	31/03/2021										
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benefitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para Perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso (IFRS 16)	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Adições (a)	-	-	109	18	-	32	47.052	-	713.447	-	760.658
Adições IFRS16 (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.007	54.007
Baixas	-	-	(2)	(480)	-	-	-	-	-	(25.065)	(25.547)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.153)	-	(4.153)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	(322.292)	-	(322.292)
Provisão abandono	-	-	(816)	-	-	-	(6.625)	-	(4.826)	-	(12.267)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.533)	-	(19.533)
Transferências	-	-	183	-	(183)	-	110.932	-	(110.932)	-	-
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	996	-	996
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	45.202	-	45.202
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	44.623	-	44.623
Saldo em 31 de março de 2021	15.245	3.218.608	4.518.335	18.377	2.267	40.717	2.710.601	(237.030)	4.389.341	184.634	14.861.096
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Adições	-	(28.222)	(78.944)	(105)	(74)	(499)	(37.903)	-	-	-	(145.747)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.485)	(10.485)
Transferência	-	-	(1.030)	-	1.030	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.408	23.408
Saldo em 31 de março de 2021	-	(796.879)	(1.373.002)	(11.297)	(1.674)	(17.302)	(1.295.068)	26.240	-	(56.569)	(3.525.551)
Valor contábil											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675
Saldo em 31 de março de 2021	15.245	2.421.729	3.145.333	7.080	593	23.415	1.415.533	(210.790)	4.389.341	128.065	11.335.545

a. A movimentação está representada substancialmente pelos equipamentos recebidos para: (i) Segunda fase das obras do projeto Azulão-Jaguatirica II e (ii) Avanço das obras de Parnaíba V.

b. Trata-se basicamente de um novo contrato de prestação de serviços de reboque, operação e manutenção de carretas criogênicas para o transporte de gás natural liquefeito na controlada Azulão Geração de Energia S.A.. A taxa de desconto é de 11,03% de acordo com o range da vigência que é de 5 anos e possui parcela fixa mensal de R\$ 1 milhão, aproximadamente.

	31/12/2020										
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para Perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso (IFRS 16)	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	3.138.711	4.329.160	13.757	2.769	39.335	2.545.975	(289.807)	1.835.376	128.033	11.756.908
Adições	200	1.706	556	850	-	210	28.538	-	1.506.836	-	1.538.896
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.659	27.659
Movimentação de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.084)	-	(41.084)
Baixas	(2.930)	(831)	(22.591)	(67)	(492)	(87)	-	-	-	-	(26.998)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.308)	-	(19.308)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	1.003.615	-	1.003.615
Provisão abandono	-	-	(1.306)	-	-	-	(15.270)	-	3.074	-	(13.502)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.840)	-	(10.840)
Transferências	4.376	79.022	213.042	4.299	173	1.227	-	-	(302.139)	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	52.777	-	-	52.777
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	852	-	852
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	38.572	-	38.572
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	31.855	-	31.855
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240	-	(33.647)	(2.951.304)
Adições	-	(108.922)	(201.458)	(1.629)	(281)	(1.908)	(99.046)	-	-	-	(413.244)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.845)	(35.845)
Baixas	-	166	7.060	37	403	-	-	-	-	-	7.666
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Valor contábil											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de Depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

Depreciação imobilizado de geração

Itens do ativo imobilizado de Geração são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação.

Depreciação do imobilizado na fase de exploração e produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por consultoria independente, e com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas. Em 06 de janeiro de 2021, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos nove campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba e em um campo na Bacia do Amazonas.

11.2 Avaliação de impairment

A Companhia avalia, a cada trimestre, se existem indicações de uma possível perda por desvalorização no valor recuperável do ativo imobilizado. Conforme mencionado na nota explicativa nº “1.1 – Eventos significativos do período”, a Administração não identificou qualquer indicativo de que o valor em uso do ativo imobilizado pudesse estar desvalorizado nesse trimestre.

12. Fornecedores

[SUMÁRIO](#)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Geração de energia (a)	91.887	157.653
Construção de novas usinas (b)	150.774	187.775
Comercialização de energia	36.489	36.138
Exploração e produção de gás	37.819	51.999
Manutenção das usinas (c)	86.959	59.489
Outros	34.492	43.784
	438.420	536.838
Circulante	411.565	492.456
Não circulante	26.855	44.382

a. O saldo é composto, substancialmente, por obrigações com fornecedores de insumos e prestadores de serviços ligados a geração de energia.

b. Correspondem aos investimentos ligados à construção do projeto Azulão-Jaguatirica e à usina termelétrica Parnaíba V. O principal fornecedor dessas construções é a Techint Engenharia e Construção.

c. O saldo está ligado, substancialmente, às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.

13. Endividamentos

[SUMÁRIO](#)

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	Custo de Captação a Apropriar	31/03/2021			Consolidado 31/12/2020				
							Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total		
Empréstimos e financiamentos														
Eneva	FINEP	R\$	TJLP + 3,00%	7,76%	15/03/2025		46.173	146	46.319	-	49.058	159	49.217	
Eneva	FINEP	R\$	TJLP + 1,00%	5,76%	15/12/2028	(288)	30.256	71	30.039	(307)	31.232	76	31.001	
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	6,70%	15/07/2036	(7.767)	534.473	29.660	556.366	(7.925)	422.569	13.576	428.220	
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	6,38%	16/06/2036	(8.435)	490.616	2.782	484.963	(8.489)	490.617	2.687	484.815	
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	6,08%	16/06/2036	(5.630)	407.692	2.177	404.239	(5.664)	359.323	1.914	355.573	
						(22.120)	1.509.210	34.836	1.521.926	(22.385)	1.352.799	18.412	1.348.826	
Depósitos vinculados														
							(25.408)	-	(25.408)	-	(18.534)	-	(18.534)	
							(22.120)	1.483.802	34.836	1.496.518	(22.385)	1.334.265	18.412	1.330.292
Circulante														
Não circulante														
							(1.141)	15.447	5.176	19.482	(1.089)	15.447	4.835	19.193
							(20.979)	1.468.355	29.660	1.477.036	(21.296)	1.318.818	13.577	1.311.099
Debêntures														
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	11,99%	15/11/2025	(4.837)	313.267	8.168	316.598	(5.246)	305.685	2.719	303.158	
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	4,90%	15/11/2025	(7.683)	435.290	7.162	434.769	(8.424)	435.290	2.412	429.278	
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	3,00%	02/10/2022	(262)	100.000	1.235	100.973	(305)	100.000	602	100.297	
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	3,41%	02/10/2024	(1.006)	290.000	4.159	293.153	(1.088)	290.000	2.034	290.946	
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	3,80%	02/10/2026	(1.436)	360.000	5.845	364.409	(1.507)	360.000	2.863	361.356	
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	3,35%	15/05/2024	(5.063)	750.000	8.066	753.003	(5.461)	750.000	2.698	747.237	
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	3,85%	15/05/2027	(6.033)	750.000	9.449	753.416	(6.300)	750.000	3.170	746.870	
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	9,81%	15/05/2029	(4.350)	542.585	9.951	548.186	(4.494)	529.817	3.321	528.644	
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	8,99%	15/12/2027	(13.601)	697.155	8.293	691.847	(14.152)	680.750	1.231	667.829	
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	10,26%	15/06/2030	(23.775)	691.109	10.653	677.987	(24.437)	674.846	1.579	651.988	
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	8,89%	15/09/2030	(16.148)	393.520	759	378.131	(16.456)	384.260	3.967	371.771	
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	9,26%	15/09/2035	(25.132)	603.928	1.268	580.064	(25.437)	589.716	6.634	570.913	
						(109.326)	5.926.854	75.008	5.892.536	(113.307)	5.850.364	33.230	5.770.287	
Depósitos vinculados														
							-	(93.711)	(93.711)	-	(57.914)	-	(57.914)	
							(109.326)	5.833.143	75.008	5.798.825	(113.307)	5.792.450	33.230	5.712.373
Circulante														
Não circulante														
							(16.133)	101.749	75.008	160.624	(15.947)	101.237	33.230	118.520
							(93.193)	5.731.394		5.638.201	(97.360)	5.691.213	-	5.593.853

* Cálculo das taxas efetivas levam em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses:

Jan-21 - CDI de 2,56%, IPCA de 4,52% e TJLP de 4,81%.

Fev-21 - CDI de 2,39%, IPCA de 4,56% e TJLP de 4,76%.

Mar-21 - CDI de 2,24%, IPCA de 5,20% e TJLP de 4,70%

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos) bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373
(+) Novas captações	-	160.171	-	-
(+) Juros incorridos	1.256	42.579	44.980	60.918
(+/-) Variação monetária	-	101	68.908	76.490
(-) Pagamento de principal	(3.862)	(3.862)	-	-
(-) Pagamento de juros	(1.273)	(26.154)	(19.141)	(19.141)
(+/-) Custo de captação	19	265	2.635	3.981
(+/-) Depósitos vinculados	-	(6.874)	-	(35.796)
Saldo em 31 de março de 2021	76.358	1.496.518	4.382.634	5.798.825

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	92.073	1.399.414	2.637.317	4.157.128
(+) Novas captações	90.000	1.363.129	2.007.968	2.007.968
(+) Juros incorridos	12.183	163.058	155.663	232.336
(+/-) Variação monetária	-	1.549	102.011	115.822
(-) Pagamento de principal	(101.869)	(1.529.317)	(410.000)	(494.959)
(-) Pagamento de juros	(12.230)	(124.987)	(147.056)	(229.318)
(+/-) Custo de captação	61	(10.461)	(60.651)	(53.827)
(+/-) Depósitos vinculados	-	67.907	-	(22.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de março de 2021 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2022	11.585	63.813	-	231.113
2023	15.447	78.120	-	294.486
2024	15.447	120.279	750.000	1.066.702
2025	6.790	101.484	482.384	856.892
2026 até último vencimento	11.712	1.159.727	3.195.912	3.375.912
	60.981	1.523.423	4.428.296	5.825.105
Depósitos vinculados	-	(25.408)	-	(93.711)
Custo de captação	(223)	(20.979)	(83.051)	(93.193)
	60.758	1.477.036	4.345.245	5.638.201

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures da controladora e das subsidiárias operacionais e dos projetos em implantação possuem obrigações. Os covenants não financeiros são monitorados regularmente pela tesouraria e reportados periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Em 31 de março de 2021, as condições dos covenants financeiros encontram-se atendidas.

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos



Classificação e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados e mensurados como segue:

	31/03/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	1.464.233	-	-	1.464.233	1.384.933	-	-	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	-	-	599.610	599.610	71.659	-	439.658	511.317
Depósitos judiciais	6.470	-	-	6.470	6.182	-	-	6.182
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.871	-	1.871	-	-	-	-
Contas a receber	318.965	-	-	318.965	700.964	-	-	700.964
Operações comerciais com partes relacionadas	51	-	-	51	51	-	-	51
	1.789.719	1.871	599.610	2.391.200	2.163.789	-	439.658	2.603.447
Passivos financeiros								
Fornecedores	438.420	-	-	438.420	536.838	-	-	536.838
Empréstimos e financiamentos	1.496.518	-	-	1.496.518	1.330.292	-	-	1.330.292
Debêntures	5.798.825	-	-	5.798.825	5.712.373	-	-	5.712.373
Operações comerciais com partes relacionadas	176	-	-	176	168	-	-	168
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	2.391	-	2.391
Retenções contratuais	4.330	-	-	4.330	4.330	-	-	4.330
Contas a pagar – setor elétrico	12.316	-	-	12.316	12.455	-	-	12.455
Provisão de custo por indisponibilidade	58.352	-	-	58.352	64.445	-	-	64.445
Pesquisa e desenvolvimento	79.564	-	-	79.564	82.603	-	-	82.603
Arrendamentos	142.957	-	-	142.957	100.968	-	-	100.968
	8.031.458	-	-	8.031.458	7.844.472	2.391	-	7.846.863

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	31/03/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	599.610	-	599.610	-	439.658	-	439.658
Instrumentos financeiros derivativos	1.871	-	-	1.871	-	-	-	-
	1.871	599.610	-	601.481	-	439.658	-	439.658
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	2.391	-	2.391

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o período.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais através do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos derivativos denominados *Non Deliverable Forwards* (NDFs), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de 31 meses.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos previstos no contrato de EPC do leilão A-6 de 2018 (Parnaíba V) e não como investimentos especulativos.

14.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecém II e Itaqui.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Itaqui			Pecém II		
	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)
31 de dezembro de 2020						
Receita variável (Ccomb)	139.449	174.311	209.173	127.291	159.114	190.937
Custo variável (carvão)	(119.829)	(149.234)	(178.639)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	19.620	25.077	30.534	22.482	27.472	32.463
31 de março de 2021						
Receita variável (Ccomb)	129.692	162.115	194.538	159.928	199.910	239.892
Custo variável (carvão)	(118.937)	(146.052)	(173.167)	(140.519)	(173.693)	(206.867)
Resultado variável	10.754	16.062	21.370	19.408	26.216	33.024
Premissas*						
	31/03/2021	31/12/2020		31/03/2021	31/12/2020	
Geração de energia - MWh	805.534	1.007.234		953.108	919.017	
Consumo de carvão tn.	336.495	424.368		396.245	388.263	
CIF ARA	56,93	53,28		59,37	53,25	
API2	56,93	53,28		59,37	53,25	
Prêmio	5,50	1,00		3,5	(1,25)	
Fator i	0,52	0,52		0,52	0,53	
FX	5,40	4,97		5,37	4,95	

Sendo:

$Ccomb = CIF ARA * Fator i * FX$

$Custo Carvão = API2 + prêmio$

$API2 \sim CIF ARA$

* Informação não auditada.

Risco de taxa de juros

(a) Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

As linhas com o BNDES, corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP, que também contêm um forte componente inflacionário, são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. O ativo da Companhia e suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de cash flow:			
Passivo indexado a TJLP	6.532	7.546	8.473
Passivo indexado ao CDI	174.843	208.434	241.778
Passivo indexado ao IPCA	333.069	369.123	404.922
Despesa financeira esperada	514.444	585.103	655.173
Aumento da despesa financeira	-	70.659	140.729

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 3,32% (Fonte: Boletim Focus)
TJLP 12M: 4,55% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)
CDI Médio 12M: 2,86% (Fonte: Projeção de Mercado)

14.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de março de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Consolidado 31/03/2021				
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos
Passivos					Total
Fornecedores	176.128	235.437	26.855	-	-
Operações comerciais	-	-	176	-	176
Empréstimos e financiamentos	45.601	39.943	130.455	611.976	1.504.003
Debêntures	175.022	195.906	589.194	3.284.383	5.297.965
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-
	396.751	471.286	746.680	3.900.689	6.801.968
					12.317.374

	Consolidado 31/12/2020				
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos
Passivos					Total
Fornecedores	-	455.352	80.257	-	-
Contas a pagar	-	-	1.397	-	1.397
Empréstimos e financiamentos	42.823	32.589	111.067	416.002	1.119.028
Debêntures	173.345	195.309	584.075	3.334.003	5.500.498
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-
	216.168	683.250	776.796	3.754.335	6.619.526
					12.050.075

14.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia entende que não há risco de crédito do contas a receber, vide avaliação na nota explicativa “nº 7 – Contas a receber”. Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição, e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão expostos a baixos riscos devido a classificação dos bancos de 1º linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.464.233	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	599.610	511.317
Contas a receber de clientes	318.965	700.964
Derivativos	1.871	-
Depósitos judiciais	6.470	6.182
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	119.119	76.448
	2.510.268	2.679.844

14.4 Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto aquelas mencionadas no parágrafo “Derivativos, hedge e gerenciamento de risco” dessa nota explicativa.

14.5 Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

15. Provisão para contingências



A Companhia e suas controladas são Partes em processos judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista, assim como em processos administrativos, avaliados por seus advogados e assessores jurídicos.

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que ensejará provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no período findo em 31 de março de 2021 é apresentado abaixo:

	31/12/2020				Consolidado	
	Saldo Acumulado	Adições	Reversão	Atualização	31/03/2021	
Cíveis	70.613	-	-	36	70.649	
Trabalhistas	21.950	-	(741)	-	21.209	
Tributários	40	-	-	-	40	
Total das provisões	92.603	-	(741)	36	91.898	

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

Os processos judiciais e administrativos que não estão provisionados, por envolverem prognóstico de perda classificado por seus advogados e assessores jurídicos como de perda possível, são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Ambientais	26.254	25.912
Regulatórios	12.724	12.724
Trabalhistas (a)	38.673	51.873
Cíveis	41.345	49.324
Tributários (b)	227.677	224.460
Total	346.673	364.293

(a) Trabalhistas

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2020. Não existe causa individual relevante.

(b) Tributários

Controlada Itaqui Geração de Energia S.A.

A controlada possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (*hedge*) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

O assunto encontra-se em discussão em âmbito administrativo, tendo sido protocolada impugnação ao auto de infração em 22 de janeiro de 2019, e, posteriormente, em 10 de julho de 2019, apresentado recurso voluntário. Atualmente, o processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.

Em caso de desfecho desfavorável, o efeito será de baixa no prejuízo fiscal de aproximadamente R\$ 195 milhões e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem representar qualquer desembolso e impacto no caixa da Companhia.

16. Partes relacionadas



Saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020
Mútuo						
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	767.895	808.285	-	-	4.699	(1.359)
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	882.914	864.473	-	-	5.823	14.387
Parnaíba B.V.	-	-	-	-	1	20.302
Outras	688	689	-	-	-	-
	1.651.497	1.673.447	-	-	10.523	33.330
Operações comerciais						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (c)	64.037	147.130	36	36	150.357	117.055
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (c)	45.060	99.156	48	48	103.000	88.266
Itaqui Geração de Energia S.A.	4.876	10.625	2.323	2.323	2.466	2.732
Pecém II Geração de Energia S.A.	2.573	7.080	141	141	1.684	1.733
Parnaíba B.V.	-	-	97.928	97.928	-	-
Outras	15.076	16.166	5.153	5.153	1.952	498
	131.622	280.157	105.629	105.629	259.459	210.284
Dividendos e Juros s/capital próprio a receber						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	23.962	23.962	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	38.230	38.230	-	-	-	-
Porto do Pecem Transportadora de Minérios S.A.	1	-	-	-	-	-
	62.193	62.192	-	-	-	-
	1.845.312	2.015.796	105.629	105.629	269.982	243.614

- a. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante) sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 2,47% + IPCA e prazo de vencimento em setembro de 2026, no montante de R\$ 767.895 (R\$ 808.285, em 31 de dezembro de 2020). A variação corresponde à juros incorridos no período.
- b. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante) sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 3,19% + IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2027, no montante de R\$ 882.914 (R\$ 864.473, em 31 de dezembro de 2020). A variação corresponde a juros incorridos no período.
- c. Saldos compostos, basicamente, pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) para as subsidiárias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.. Trata-se de uma variação esperada para o período, devido a sazonalidade da curva de despacho das usinas.

17. Patrimônio líquido



17.1 Capital social

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é respectivamente de R\$ 8.873.481 e R\$ 8.848.409. A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de março de 2021 é composto por 1.596.513.720 ações autorizadas, das quais 1.265.094.016 foram emitidas (315.835.960 em 31 de dezembro de 2020*).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

Acionista	Controladora		Controladora	
	31/03/2021	%	31/12/2020*	%
Banco BTG Pactual	289.640.404	22,89%	72.410.101	22,93%
Cambuhy	289.640.404	22,89%	72.410.101	22,93%
Velt Partners	-	0,00%	17.665.975	5,59%
Dynamo	63.415.788	5,01%	15.853.947	5,02%
Atmos Investimentos	63.173.044	4,99%	15.793.261	5,00%
Ações em tesouraria	4.641.208	0,37%	-	-
Outros	554.583.168	43,84%	121.702.575	38,53%
Total	1.265.094.016	100,00%	315.835.960	100,00%

No dia 11 de março de 2021 a Companhia aprovou o desdobramento da totalidade das ações na proporção de 1 ação para 4 ações de mesma espécie, sem modificação do capital social.

* As quantidades de ações referentes a 31 de dezembro de 2020 referem-se ao número antes do desdobramento de ações da Companhia, efetivo a partir de 12 de março de 2021.

18. Resultado por ação



O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de março de 2021 e 2020 e pela respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	31/03/2021	31/03/2020
Resultado do período		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	203.145	179.758
Denominador		
Média ponderada de ações	924.589.040	315.344.051
Lucro por ação (R\$) - básico	0,21971	0,57004
	31/03/2021	31/12/2020
Resultado do período		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	203.145	179.758
Denominador		
Média ponderada de ações	924.589.040	315.344.051
Efeito das opções	9.583.804	1.637.140
Lucro por ação (R\$) - diluído *	0,21746	0,56709

* O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

19. Plano de pagamento baseado em ações



Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa vigente de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e funcionários selecionados.

As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do plano de opções.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no período entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021:

Plano Outorgado pela Companhia - Quantidade de Opções de Ações	Quantidade de Opções	Preço Médio Ponderado de Exercício das Opções
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.573.336	7,12
Exercidas	(1.902.556)	6,29
Outorgadas	4.963.380	15,88
Expiradas	(505.444)	8,18
Saldo em 31 de março 2021	15.128.716	10,06

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes, portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará essa obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado de 31 de março de 2021 foi de R\$ 3.958.

(a) Unidades de performance restritas - units

A Companhia concedeu dois planos distintos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares) foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações. A apropriação do valor justo dos planos ao resultado do período de 2021 foi de R\$ 3.115.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units no período entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021:

Plano de Units Concedido pela Companhia	Quantidade de Units	Preço Médio Ponderado das Ações
- Quantidade de units		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.513.748	15,53
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Concedidas	-	-
Expiradas	(69.408)	15,65
Saldo em 31 de março de 2021	5.444.340	16,70

Em 10 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra que visa a aquisição de ações de emissão da Companhia pela Parnaíba II Geração de Energia S.A., para fazer frente às obrigações decorrentes do Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações aprovado em 12 de julho de 2018, dirigido aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas. A quantidade máxima de ações a serem adquiridas é de até 1.070.000 (um milhão e setenta mil) ações.

20. Receita de venda de bens e/ou serviços



A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	552.829	527.506
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	321.699	226.003
Venda de energia (ACL) (b)	-	-	176.312	270.838
Venda de gás e condensado	142.257	143.781	1.524	1.560
Arrendamento	134.166	87.082	-	-
	276.423	230.863	1.052.364	1.025.907
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(44.384)	(28.032)	(91.942)	(75.462)
P&D	-	-	(8.699)	(9.142)
Ressarcimento	-	-	(371)	(2.193)
	(44.384)	(28.032)	(101.012)	(86.797)
Total da receita líquida	232.039	202.831	951.352	939.110

- a. O aumento nesta rubrica se deve ao aumento anual previsto contratualmente referente receita vinculada à remuneração do empreendimento de geração (parcela fixa) mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS").
- b. A redução observada está relacionada ao menor atendimento ao despacho por energia, com redução de 13,8% na geração média no período em comparação com o mesmo período de 2020.

21. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Custo				
Custos regulatórios	-	-	(35.645)	(34.516)
Depreciação e amortização	(40.982)	(40.204)	(132.851)	(113.888)
Despesas com aluguéis	(927)	(1.616)	(4.569)	(4.549)
Despesas com pessoal	(9.491)	(6.887)	(41.962)	(37.118)
Energia elétrica para revenda	-	-	(154.524)	(155.481)
Impostos e contribuições	(123)	(151)	(123)	(2.382)
Insumos de geração	-	-	(129.168)	(124.586)
Material de consumo	(1.667)	(940)	(11.735)	(7.772)
Participações governamentais (a)	(33.823)	(13.791)	(33.823)	(13.791)
Seguros operacionais	(1.051)	(337)	(7.043)	(6.373)
Serviços de terceiros	(5.510)	(7.730)	(20.745)	(17.266)
Outras	(68)	(163)	(8.074)	(5.344)
	(93.642)	(71.819)	(580.262)	(523.066)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(8.438)	(8.263)	(15.366)	(15.034)
Despesas ambientais	(427)	(245)	(513)	(369)
Despesas com aluguéis	(516)	(611)	(719)	(591)
Despesas com exploração e poço seco	(9.897)	(26.400)	(9.897)	(26.400)
Despesas com pessoal (b)	(51.467)	(25.207)	(55.570)	(27.934)
Impostos e contribuições	(350)	(629)	(416)	(792)
Material de consumo	(198)	(1.012)	(692)	(1.035)
Serviços compartilhados - cost sharing	10.237	9.288	-	-
Serviços de terceiros	(3.406)	(5.927)	(7.508)	(6.573)
Outras	(7.030)	(7.441)	(8.505)	(7.408)
	(71.492)	(66.447)	(99.186)	(86.136)
Outras receitas e despesas				
Provisão perdas de investimento	-	(114)	-	(228)
Perda na alienação de bens (c)	-	-	(549)	(16.912)
Contingências	239	-	419	431
Crédito de PIS/COFINS (d)	9.602	-	24.663	-
Outras receitas (despesas)	(936)	159	(2.434)	(454)
	8.905	45	22.099	(17.163)
	(156.229)	(138.221)	(657.349)	(626.365)

- a. O aumento deve-se ao maior dispêndio no pagamento de encargos (royalties e participações especiais) relacionadas a operação de upstream devido ao reajuste no preço de referência do gás ocorrido em fevereiro de 2021.
- b. O aumento nos gastos de pessoal está, substancialmente, ligado à atualização do valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidos pela Companhia aos seus administradores e funcionários e pelo aumento da quantidade de funcionários na ordem de 13,2% em comparação ao mesmo período de 2020.
- c. A variação observada se refere à doação da subestação à Eletronorte, no valor de R\$ 16.527, realizada em 2020. Essa doação foi estabelecida no processo de licenciamento do Complexo do Parnaíba.
- d. A Companhia iniciou um trabalho de revisão da sistemática de apropriação de créditos dos últimos 5 anos das empresas operacionais, a fim de mapear créditos de PIS e COFINS eventualmente não aproveitados no âmbito do regime não-cumulativo, tendo por base as definições constantes das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, bem como os créditos decorrentes da ampliação do conceito de insumo definida pelo STJ em 2018, tomando por base os critérios de essencialidade e relevância.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(1.256)	(1.640)	(1.256)	(31.044)
Multa e juros pagos ou incorridos	(18)	(11)	(146)	(253)
Amortização do custo de transação de empréstimos	(684)	(1.953)	(2.031)	(5.138)
Comissão sobre fianças bancárias	(374)	(536)	(930)	(1.153)
Juros de provisão de abandono	(3.796)	(970)	(4.055)	(1.049)
Juros de passivos de arrendamento	(1.679)	(2.282)	(3.586)	(2.103)
Juros sobre mútuos	-	(5.602)	(45)	(2.460)
Juros de debêntures	(11.647)	(19.814)	(27.585)	(43.466)
Variação cambial e monetária	(1.585)	(13.444)	(41.886)	(28.169)
Outros	(2.089)	(9.767)	(3.741)	(12.518)
	(23.128)	(56.019)	(85.261)	(127.353)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	2.358	10.187	8.099	19.134
MTM contratos de energia / derivativos	-	-	2.308	9.612
Multas e juros recebidos ou auferidos	6	23	8	799
Rendimentos de mútuos	10.523	17.389	-	320
Variação cambial e monetária	28.293	22.572	29.219	30.708
Outros	1.484	135	4.627	2.238
	42.664	50.306	44.261	62.811
Resultado financeiro líquido	19.536	(5.713)	(41.000)	(64.542)

As principais variações consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos (“encargos da dívida”) e debêntures (“juros de debêntures”), em decorrência, principalmente, da restruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos e pelo fato de termos no primeiro trimestre de 2021, quando comparados com o mesmo período de 2020, mais dívidas vinculadas a construção dos projetos de capital da Companhia com a capitalização dos juros incorridos.

Conselho de Administração

Jerson Kelman

Presidente

Conselheiros:

Elena Landau

Felipe Gottlieb

Guilherme Bottura

Phillippe Reichstul

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros

Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner

Diretor Presidente

Lino Lopes Cançado

Diretor de Operações

Marcelo Campos Habibe

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Marcelo Cruz Lopes

Diretor de Marketing, Comercialização e Novos Negócios

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Controller

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador

Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040

+55 (21) 3721-3000

www.eneva.com.br

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, ela própria, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no próprio Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 31 de março de 2021, o capital social da Companhia era composto por 1.265.094.016 ações ordinárias, assim distribuídas:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Controlador¹	0	0,00	0	0,00
Administradores				
Conselho de Administração	696.800	0,06	696.800	0,06
Diretoria	1.404.476	0,11	1.404.476	0,11
Conselho Fiscal²	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria³	4.641.208	0,37	4.641.208	0,37
Outros Acionistas	1.258.351.532	99,47	1.258.351.532	99,47
Total	1.265.094.016	100,00	1.265.094.016	100,00
Ações em Circulação⁴	1.258.351.532	99,47	1.258.351.532	99,47

¹ Com a homologação em 05/11/2015 do aumento de capital aprovado pela assembleia geral extraordinária, realizada em 26/08/2015, e com a notificação do término do acordo de acionistas entre DD Brazil S.à.R.L. ("E.ON") e Eike Fuhrken Batista e seus veículos de investimentos (em conjunto "Eike Batista"), conforme divulgado em comunicado ao mercado em 10/11/2015, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

² Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

³ As ações em tesouraria descritas na tabela contempla o total da posição mantida em tesouraria em 31 de março de 2021 pela Controladora Eneva S.A. e pela Controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A..

⁴ As ações em circulação desconsideram as ações detidas pelo Conselho de Administração, pela diretoria e em tesouraria.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

No dia 26/05/2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03/2011, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.720.840 para 136.730.473.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 984 novas ações, em decorrência da conversão de 649 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.730.473 para 136.738.497.

Em maio de 2012 ocorreu um aumento do capital social, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2012 em decorrência de (i) emissão de 4.112 novas ações, em decorrência da conversão de 2.701 debêntures; e (ii) emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.738.497 para 136.868.229.

No mesmo mês ocorreu um novo aumento do capital social, conforme a primeira Reunião do Conselho de Administração do dia 24/05/2012, ratificando a emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.868.229 para 170.122.934.

O Conselho de Administração da ENEVA aprovou em 24/05/2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000.063,00, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações, entretanto as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, que foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448.

Em 25/06/2012, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, aprovado em RCA realizada em 24/05/2012, às 11h, no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais), dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização das 22.623.796 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela E.ON AG ("E.ON"). Dessa forma, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15/08/2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Farão jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da ENEVA com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10/01/2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 06/02/2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

No entanto, ocorreu uma integralização parcial do valor financeiro do aumento de capital, de forma que o Capital Social em 31/03/2013 totalizasse R\$ 3.736.269.091,89, valor inferior ao apresentado na ata da Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2013. O restante da integralização do valor financeiro do aumento de capital foi realizado após o fechamento do primeiro trimestre, fazendo com que o Capital Social totalizasse R\$ 3.736.354.722,02.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 05/04/2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.354.722,02 para R\$ 3.736.468.820,55.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 08/05/2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.468.820,55 para R\$ 3.736.568.320,85.

Em 16/09/2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969. O capital social da Companhia passou de R\$ 3.736.568.320,85 para R\$ 4.536.568.316,00.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21/10/2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 4.536.568.316,00 para R\$ 4.536.608.413,70.

Em 01/08/2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/05/2014, no valor de R\$174.728.680,26, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$4.536.608.413,70 para R\$4.711.337.093,96.

Em 05/11/2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2015, no valor de R\$2.300.531.398,65, em razão da subscrição e integralização de 15.336.875.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 840.106.107 para 16.176.982.098. O capital social da Companhia passou de R\$4.711.337.093,96 para R\$7.011.868.492,61.

Em 07/04/2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das atuais 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Os acionistas da Companhia tiveram o prazo de 30 dias, compreendido no período entre 11/04/2016 e 11 /05/2016, para, a seu livre e exclusivo critério, ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 100 ações. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12/05/2016.

Em 03/10/2016, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02/08/2016, no valor de R\$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou dos R\$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11/09/2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de agosto de 2016 e homologado parcialmente pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de outubro de 2016 ("Homologação do Aumento"), e (b) a rerratificação da Homologação do Aumento, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2017, os quais resultaram na homologação de aumento de capital no valor de R\$ 1.016.492.135,40 (um bilhão, dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05/10/2017, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 75.862.069 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e sessenta e nove) ações, ao Preço por Ação de R\$ 11,00, correspondendo ao montante de R\$834.482.759,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscientos e vinte e oito reais e um centavo), representado por 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 28/05/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 5.996.298,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão de 285.538 (duzentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscientos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14/08/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 1.242.934,78 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), mediante a emissão de 47.386 (quarenta e sete mil, trezentas oitenta e seis) ações

ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 26,23 (vinte e seis reais e vinte e três centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03.08.2017, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02.08.2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 21/11/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.610.701,25 (cinco milhões, seiscientos e dez mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 159.758 (cento e cinquenta e nove mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 35,12 (trinta e cinco reais e doze centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) representado por 315.483.181 (trezentas e quinze milhões, quatrocentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 26/05/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$10.313.567,35 (dez milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), mediante a emissão de 284.502 (duzentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os

termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado, e do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, todos no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos), para R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) dividido em 315.767.683 (trezentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e sete mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25/08/2020 a Companhia foi informada sobre a celebração de acordo de acionistas entre os acionistas, Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda., Dynamo Administração De Recursos Ltda., Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda., Velt Partners Investimentos Ltda., determinando regras a serem observadas com relação ao exercício de direitos políticos e transferência de ações de emissão da Companhia de titularidade dos signatários do acordo ("Acordo de Acionistas"). Estão vinculadas ao Acordo de Acionistas 15.788.400 (quinze milhões, setecentas e oitenta e oito mil e quatrocentas) ações da Atmos Capital Gestão De Recursos Ltda., 18.350.000 (dezoito milhões, trezentas e cinquenta mil) ações detidas pela Dynamo Administração De Recursos Ltda. e Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda.; e 15.471.932 (quinze milhões, quatrocentas e setenta e uma mil, novecentas e trinta e duas) ações da Velt Partners Investimentos Ltda. ("Ações Vinculadas"), sendo certo que qualquer acionista poderá não vincular ao Acordo de Acionistas até 631.536 (seiscentas e trinta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ("Ações Livres"), desde que referido acionista detenha pelo menos 15.156.849 (quinze milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove) Ações Vinculadas.

Ademais, durante a vigência do Acordo de Acionistas, em nenhuma hipótese, o total de Ações Vinculadas poderá exceder a quantidade de 66.311.213 (sessenta e seis milhões, trezentas e onze mil, duzentas e treze) ações ("Limite Global Máximo").

Em 09/10/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$3.188.727,08 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e oito centavos), mediante a emissão de 68.277 (sessenta e oito mil, duzentas e setenta e sete) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), para R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais e

quarenta e sete centavos) dividido em 315.835.960 (trezentas e quinze milhões, oitocentas e trinta e cinco mil, novecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02/02/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$25.071.402,46 (vinte e cinco milhões, setenta e um mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), mediante a emissão de 437.544 (quatrocentas e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$57,30 (cinquenta e sete reais e trinta e centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), para R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos) dividido em 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 11/03/2021, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou o desdobramento da totalidade de suas ações. Foi aprovado o desdobramento da totalidade das 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 04 (quatro) ações da mesma espécie, sem modificação do capital social. O capital social da ENEVA permaneceu no montante de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil e dezessete reais e noventa e três centavos), passando a ser dividido em 1.265.094.016 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, noventa e quatro mil e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia foram atualizados na AGE para refletir o desdobramento de ações. As ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 16 de março de 2021 e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias existentes. Fizeram jus às ações desdobradas os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data da realização da AGE, sendo que as ações passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir de 12 de março de 2021 (inclusive).

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia até o nível de pessoa física:

02123-7 ENEVA S/A 04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Companhia: ENEVA S.A.		Posição em 31/03/2021			
Acionista		Ações ordinárias*		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual S.A.		289.640.404	22,9%	289.640.404	22,9%
Eneva Fundo de Investimento em Ações		289.640.404	22,9%	289.640.404	22,9%
Dynamo Administração de Recursos Ltda		63.415.788	5,0%	63.415.788	5,0%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda		63.173.044	5,0%	63.173.044	5,0%
Ações em Tesouraria		4.641.208	0,4%	4.641.208	0,4%
Outros		554.583.168	43,8%	554.583.168	43,8%
Total		1.265.094.016	100,00%	1.265.094.016	100,00%

*O Capital Social da ENEVA é composto apenas por ações ordinárias.



Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em observância às disposições constantes no inciso VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado) do primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021.

Diretores:

Pedro Zinner
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no inciso V do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusão expressa no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 12 de maio de 2021, relativo às Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado) do primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021.

Diretores:

Pedro Zinner
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ENEVA S.A.
CNPJ/MF nº 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2021**

1. DATA, HORA E LOCAL: Ao 6º dia de maio de 2021, às 09h30, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º e 6º andares, CEP 22250-040, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: A reunião foi convocada nos termos do Estatuto Social da ENEVA S.A. ("Companhia") e da legislação aplicável e contou com a participação dos seguintes membros: Ricardo Baldin, Guilherme Bottura, Edson Teixer e Sidnei Sanches, todos na forma do art. 14, parágrafo 3º. Como convidados, Marcelo Habibe, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Thiago Freitas, Diretor Jurídico de Governança, Compliance e Controles Internos, Juliana Kac, Gerente de Governança, Compliance e Controles Internos, Paula Alves, Controller, Bruno Campelo, Gerente de Contabilidade, Glauco Gonzalez, Gerente de Auditoria Interna, além dos representantes da KPMG, Luís Cláudio Araújo, Leandro Pereira, Diogo Carvalho e Juliana Paula.

3. MESA: o Sr. Ricardo Baldin assumiu a presidência da mesa e designou o Sr. Thiago Freitas para atuar como Secretário.

4. ORDEM DO DIA: Análise e recomendação acerca das Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 1º trimestre de 2021, findo em 31 de março de 2021.

5. DELIBERAÇÕES: Após a discussão sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Comitê de Auditoria deliberaram emitir o seguinte parecer: "O Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A., tomou conhecimento e analisou as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 1º trimestre de 2021, findo em 31 de março de 2021, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes, recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 1º trimestre de 2021, findo em 31 de março de 2021".

- A presente é um extrato da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A., realizada em 06 de maio de 2021, às 09:30h -

Thiago Freitas
Secretário